

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO

JÉSSICA MAYARA BIMBATTI

**CAMPO DE REFUGIADOS: UMA ANÁLISE SOBRE O FECHAMENTO DO
COMPLEXO DE DADAAB**

CURITIBA
2016

JÉSSICA MAYARA BIMBATTI

**CAMPO DE REFUGIADOS: UMA ANÁLISE SOBRE O FECHAMENTO DO
COMPLEXO DE DADAAB.**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao
Curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas
da Universidade Federal do Paraná como requisito à
obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Danielle Annoni.

CURITIBA

2016

*À mulher que me deu a vida, me inspira e me faz querer ser mãe;
À mulher do amor mais generoso, que se foi e me mostrou o que é saudade;
À mulher que me ensinou o que é ser forte;
Às mulheres que me fazem querer ser mulher;
À minha mãe e minhas queridas avós.*

“A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar”.

Martin Luther King Jr.

RESUMO

O presente trabalho analisa as conseqüências do fechamento do complexo de Dadaab, localizado na República do Quênia, existente há 25 anos, sendo hoje considerado o maior campo de refugiados do mundo, haja vista que é formado por cinco campos e abriga aproximadamente 280 mil pessoas. Para tanto, é apresentado o conceito de refugiados, do seu principal administrador – o ACNUR – bem como dos instrumentos internacionais e nacionais que os tutelam, quais sejam: a Convenção das Nações Unidas sobre os Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967, a Convenção da Organização de Unidade Africana de 1969 e a Constituição do Quênia. Em seguida, considerando que os campos de refugiados possuem como objetivo principal fornecer proteção temporária a essas pessoas, expõe-se as três soluções duráveis, as quais são reconhecidas pelo ACNUR e pela doutrina, devendo ser adotadas e observadas respectivamente nessa ordem: o repatriamento voluntário, a integração local e o reassentamento. Neste contexto, analisa as possíveis violações dos direitos dos refugiados ao determinar o encerramento das atividades do complexo, de maneira irresponsável, sem a adoção das medidas apresentadas.

Palavras-chave: Refugiados. Campo de Refugiados. Complexo de Dadaab. Soluções Duráveis.

ABSTRACT

The current work analyzes the consequences of the Dadaab complex shutdown, located in the Republic of Kenya, existing for 25 years and nowadays it is considered the biggest refugees' field in the world, which is consisted for five fields and it is home for approximately 280,000 people. Therefore, it is presented the concept of refugees, the chief administrator - the UNHCR - as well as the international and national instruments that oversee, that is: the United Nations Convention on Refugees of 1951, the 1967 Protocol, the Organization of the Convention of African Unity of 1969 and the Constitution of Kenya. Then, considering that the camps have as main objective to provide temporary protection to those people give three durable solutions, which are recognized by UNHCR and the doctrine, should be adopted and observed respectively in this order: voluntary repatriation, local integration and resettlement. In this context it examines the possible violations of the rights of refugees to determine the closure of the camp's activities irresponsibly, without the adoption of the measures presented.

Key words: Refugees. Refugee camp. Dadaab complex. Durable solutions.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – RETORNO DE REFUGIADOS 1900-2015.....	32
FIGURA 2 – REASSENTAMENTO DE REFUGIADOS.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR/UNHCR	– Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (United Nations High Commissioner for Refugees)
Convenção de 1951	– Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados
OIR	– Organização Internacional de Refugiados
ONU	– Organização das Nações Unidas
OUA	– Organização da Unidade Africana
Protocolo de 1967	– Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OS CAMPOS DE REFUGIADOS	10
2.1. INSTRUMENTO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO: A CONVENÇÃO DE 1951 E O PROTOCOLO DE 1967	10
2.2. A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO ACNUR.....	14
2.3. DISTINÇÃO ENTRE UMA ZONA DE PROTEÇÃO	17
2.4. NORMAS REGULAMENTADORAS DOS CAMPOS DE REFUGIADOS	19
3. DIREITOS DOS REFUGIADOS NO CAMPO	24
3.1. PRINCÍPIOS GERAIS – CONVENÇÃO DE 1951	25
3.2. DIREITOS E GARANTIAS – CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA DE 1969	29
3.3. A CONSTITUIÇÃO DO QUÊNIA.....	31
3.4. COMPLEXO DE DADAAB: HISTÓRICO.....	34
4. FECHAMENTO DE UM CAMPO DE REFUGIADOS	38
4.1. AS SOLUÇÕES DURÁVEIS	39
4.1.1. REPATRIAÇÃO VOLUNTÁRIA.....	40
4.1.2. INTEGRAÇÃO LOCAL.....	41
4.1.3. REASSENTAMENTO.....	42
4.2. A VIOLAÇÃO AO ART. 5º DA CONVENÇÃO DE OUA E AO ACORDO TRIPARTITE	44
4.3. E QUEM NÃO QUER VOLTAR AO SEU PAÍS DE ORIGEM?.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1. INTRODUÇÃO

“O Quênia fechará Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, e buscará verba para levar seus habitantes de volta à Somália, disse o vice-presidente do Quênia, William Ruto”¹ “Quênia é acusado de pressionar refugiados somalis a regressarem ao país.”² “Campo de Dadaab abriga cerca de 328 mil refugiados, a maioria da Somália. ONU, EUA e organizações pedem que o governo reconsidere.”³

Notícias como estas estão sendo corriqueiramente divulgadas pela imprensa. Os conflitos armados internos, a escassez de alimentos, a intolerância religiosa, a insegurança são exemplos de problemas que geraram a crise dos refugiados. Crise essa que hoje toma proporções difíceis de serem mensuradas. Segundo a ONU, desde 2014 o deslocamento de pessoas que se tornam refugiadas pelas crises em seus países é o maior desde 1950.

Dessa forma, quando se anuncia o fechamento do maior complexo de refugiados do mundo, não há outra alternativa senão a de voltar todas as atenções do direito internacional dos direitos humanos acerca da segurança, respeito e garantia dos reconhecidos direitos dessas pessoas.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo o estudo acerca do fechamento do complexo de Dadaab, formado por cinco campos - Dagahaley, Hagadera, Ifo, Ifo 2, Kambioos –, situado da República do Quênia, localizado na África Central. O cerne do trabalho não está em defender o não fechamento do complexo, mas sim em apresentar as possíveis violações de direitos humanos caso essa medida seja adotada em completa contradição as obrigações internacionais conferidas à República do Quênia.

O primeiro capítulo terá por função apresentar conceitos relacionados aos campos de refugiados, aos próprios refugiados e aos meios de proteção destes. Será colocada em destaque a Convenção das Nações Unidas sobre os Refugiados

¹ QUÊNIA confirma fechamento do maior campo de refugiados do mundo. 23 mai 2016. **Sputnik Brasil**. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/20160523/4730595/quenia-fechamento-campo-refugiados.html> Acesso em 01 de outubro de 2016.

² RIBEIRO. João Ruela. Maior campo de refugiados do mundo está a ser esvaziado à força. **Público**. 15 set 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/maior-campo-de-refugiados-do-mundo-esta-a-ser-esvaziado-a-forca-1744193>. Acesso em 01 de outubro de 2016.

³ QUÊNIA diz que fechará maior campo de refugiados do mundo e é criticado. 16 mai 2016. **G1 Globo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/quenia-diz-que-fechara-maior-campo-de-refugiados-do-mundo-e-e-criticado.html> Acesso em 01 de outubro de 2016.

de 1951 e o Protocolo de 1967. Também haverá uma breve exposição da criação a na atuação do ACNUR, principalmente no tocante a efetivação dos direitos dos refugiados dentro dos campos.

Ressalte-se que a exposição da distinção entre uma zona de segurança e um campo de refugiados é de suma importância para que não haja conflito no momento de identificação de ambas, e diferenciação no tange a aplicação das Convenções aqui apresentadas.

Já o segundo capítulo se propõe a apresentar os direitos dos refugiados dentro dos campos, trazendo uma análise da Convenção de 1951 e da Convenção da Organização de Unidade Africana de 1969. Por óbvio esses direitos se fazem presentes em qualquer lugar em que há um refugiado, contudo há três princípios específicos que regem os campos de refugiados, quais sejam: princípio da transversalidade; da abordagem comunitária; e da abordagem baseadas em direitos humanos.

Ainda, buscar-se-á apresentar o complexo de Dadaab, desde sua fundação, em 1991, até os dias de hoje, destacando sua população – aproximadamente 280 mil refugiados – e sua distribuição entre os cinco campos.

O terceiro capítulo, por fim, visa expor a problemática de fechar um campo de refugiados, destaque-se, de 25 anos, o que acaba por deixar a situação ainda mais complexa. Desta forma, serão apresentadas as soluções duráveis: repatriação, integração local e o reassentamento.

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental. O texto está baseado, principalmente, em obras e artigos publicados pelo site do ACNUR. Ainda, há a utilização de obras de autores que regem a matéria em questão, bem como de dados gráficos e relatórios advindos de organismos envolvidos com os campos de refugiados.

Nas considerações finais haverá uma relação dos três capítulos supracitados, sem a pretensão de impor uma medida a ser adotada pelas autoridades e sem esgotar o estudo relacionado ao instituto do refúgio.

2. OS CAMPOS DE REFUGIADOS

Diante dos diversos tipos de violência em seus países de origem, os deslocados ultrapassam as fronteiras em busca de proteção em outros Estados. Assim, os campos de refugiados são criados para dar acolhida a essas pessoas que necessitam de segurança e buscam um reinício de suas vidas.

O objetivo principal desses campos é dar uma proteção temporária até que as condições estejam favoráveis ao retorno dos refugiados aos seus países. E não havendo possibilidade de regresso, alternativas são tomadas.⁴

Segundo o ACNUR, não há uma definição exata para o termo “campo de refugiados”.

O termo é usado para descrever instalações humanas que variam substancialmente em dimensão e carácter. Em geral, os campos de refugiados são áreas cercadas, restritas a refugiados e quem lhes presta assistência, onde a proteção e a assistência é facultada até que seja seguro o regresso ou a reinstalação noutro lugar.⁵

Pois bem. Inicialmente, este primeiro capítulo mostrará os instrumentos jurídicos internacionais que tutelam os refugiados, dentro e fora dos campos. Em seguida, será descrita a criação e atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - órgão de extrema relevância para o tema em questão -, principalmente no que tange ao cotidiano dos campos de refugiados. Após, haverá uma breve explicação do que vem a ser uma zona de segurança, diferenciando-a do local onde vivem os refugiados. Por último, explicitará as normas que regulamentam toda a sistemática de um campo de refugiados.

2.1. INSTRUMENTO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO: A CONVENÇÃO DE 1951 E O PROTOCOLO DE 1967

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os problemas envolvendo os refugiados não apresentavam uma solução. A criação da Organização Internacional para os Refugiados, em 1947, em meio a Guerra Fria, não obteve o sucesso

⁴ ACNUR. **¿Cuáles son las características de los campos de refugiados?**. Disponível em: < <http://www.eacnur.org/blog/cuales-son-las-caracteristicas-de-un-campo-de-refugiados/> > Acesso em: 20/08/2016.

⁵ ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo 2000 – cinquenta anos de ação humanitária**. Nova Iorque: Oxford University Press Inc, 2000. p. 112.

almejado, justamente pela divergência ideológica entre os soviéticos e os norte-americanos.

Contudo, José H. Fischel de Andrade afirma:

Não obstante a demasiada politização junto às atividades da OIR, pode-se afirmar que ela teve sucesso em encontrar uma solução parcial, dentro de suas possibilidades, para um problema permanente. Outrossim, foi ela uma experiência decisiva para a organização do ACNUR, o qual, levando em conta as limitações então existentes em razão do cenário pós-guerra, pôde ser estruturado de modo a adaptar-se à situação que se lhe apresentava, assim como a ter flexibilidade suficiente para adaptar-se sempre que a evolução das relações internacionais assim o permitirem – não tendo, portanto, de ser extinto a cada novo fluxo de refugiados, como ocorrera junto às organizações que o precederam.⁶

Nesse sentido era preciso que fosse instituído um instrumento base com o intuito de definir o *status*, a condição jurídica de um refugiado e sua proteção. Pois, formular acordos *ad hoc* para determinadas situações já não era mais o suficiente para todas as demandas envolvendo essas pessoas. Assim entendeu-se por bem a adoção de um único e genérico instrumento.⁷

Em 28 de julho de 1951, em Genebra, realizou-se a Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas⁸, na qual houve a redação da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, com entrada em vigor 21 de abril de 1954. Esse documento está baseado na Declaração dos Direitos Humanos, adotada em 1948 pelo Conselho das Nações Unidas.

Andrade entende que a Convenção de 51 “deve muito, no que tange à sua formulação conceitual ao termo “refugiado”, à definição estampada na Constituição da Organização Internacional para Refugiados.”⁹

Segundo o ACNUR, nesse instrumento há uma consolidação de prévios acordos internacionais relativos ao instituto, cujo objetivo é fixar padrões basilares ao tratar de refugiados, contudo, e por óbvio, não há uma limitação para que os Estados desenvolvam tal tratamento.¹⁰

⁶ ANDRADE, José H. Fischel de. **Direito Internacional dos refugiados: evolução histórica (1921-1952)**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. p. 180.

⁷ ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**. Disponível em: www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php Acesso em: 20/07/2016. p. 10.

⁸ Plenipotenciário é o termo destinado ao indivíduo nomeado pelo Chefe de Estado para o fim de representar e defender os interesses de seu país.

⁹ ANDRADE, José H. Fischel de. *Ibid.* p. 152.

¹⁰ ACNUR. **O Que é a Convenção de 1951**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>. Acesso em: 20/07/2016.

Ao analisar a Convenção de 1951, além do disposto no art. 1, A-1¹¹, verifica-se que é considerado refugiado aquele:

2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Primeiramente, deve-se ressaltar que a data supracitada, 1 de janeiro de 1951, nada mais é do que uma escolha política, tendo em vista que os Governos visavam limitar suas obrigações quanto às situações envolvendo refugiados, ocorridas em momentos anteriores a entrada em vigor da referido documento.¹²

Contudo, novas questões envolvendo os refugiados foram surgindo, e com elas a necessidade de ampliação da proteção destinada a essas pessoas. Desse modo, houve a submissão do Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados à Assembléia Geral das Nações Unidas, posteriormente o protocolo foi repassado aos Governos para que ratificassem o documento.¹³

A partir de 31 de janeiro de 1967 todos os Estados que ratificaram o protocolo passaram a definir um indivíduo como refugiado dentro das condições previstas na Convenção de 1951, porém sem limitações geográficas e/ou de datas. Destaque-se que, a ratificação do Protocolo de 1967 não está vinculada a Convenção, tendo em vista que esses instrumentos são independentes entre si.

Segundo dados fornecidos pelo ACNUR, até novembro de 2011 o número total de Estados partes na Convenção e no Protocolo era de 143.

¹¹ Art. 1º Definição do termo "refugiado"

A. Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa:

1) Que foi considerada refugiada nos termos dos Ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938 e do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados; As decisões de inabilitação tomadas pela Organização Internacional dos Refugiados durante o período do seu mandato, não constituem obstáculo a que a qualidade de refugiados seja reconhecida a pessoas que preencham as condições previstas no parágrafo 2 da presente seção;

¹² "Os refugiados abrangidos por instrumentos internacionais anteriores à Convenção de 1951 são denominados "Statutory Refygees" (refugiados estatutários), enquanto os abrangidos pela Convenção e pelo Protocolo são denominados "Convention Refugees" (refugiados convencionais)." CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas**. 2 ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. p. 134.

¹³ ACNUR. Op. cit.

Assim sendo, é válido destacar os três principais pontos presentes nesses dois instrumentos, evidenciados pelo Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado.

A primeira disposição diz respeito à definição de quem poderá receber o status de refugiado, e por consequência, quem não poderá e em que medidas deixará de ser considerado; a segunda disposição, a qual não deve influenciar na análise objetiva de reconhecimento desse status, é relativa ao aspecto jurídico de um refugiado no que concerne ao seus direitos e obrigações dentro do país que o acolhe; por fim, a terceira disposição está voltada para a cooperação, ou seja, devem os Estados Contratantes aplicarem e respeitarem os instrumentos.¹⁴

No momento em que um Estado ratifica um ou ambos os instrumentos, fica explícita sua aceitação em cooperar com o Alto Comissariado das Nações Unidas - que será mais explicitado a seguir - no que tange ao desenvolvimento de suas funções e, principalmente, na aplicação da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 a fim de assegurar ao refugiado o exercício de seus direitos.

A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, juntamente com o Protocolo de 67, servem como diretrizes para o desenvolvimento dos campos de refugiados, ou seja, é preciso que eles busquem responder aos direitos dos refugiados dispostos nesses documentos.

É válido ressaltar que, os deslocados internos¹⁵ também podem estar presentes nos campos, e teoricamente não possuem um instrumento específico descrevendo seus direitos, sendo auxiliados pelo Direito Internacional Humanitário. No entanto, entende-se que a Convenção de 1951 também serve como tutela a essas pessoas, tendo em vista que é um dos principais instrumentos utilizados para auxiliar as pessoas que vivem nos campos de refugiados.

No entanto, conforme esclarece a autora Thelma Thais Cavarzere, a Convenção e o Protocolo adotaram inúmeras providências, definiram o termo refugiado, porém não fixaram um procedimento padrão para que as pessoas e as

¹⁴ ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**. Disponível em: www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php Acesso em: 20/07/2016. p. 14.

¹⁵ “Em que pese a notável similitude entre os dois institutos, deve-se buscar a instituição de um corpo de normas próprio à questão dos deslocados internos, pois o refugiado é necessariamente um estrangeiro, o que determina contornos próprios a sua proteção. Se do ponto de vista formal os dois institutos são diferentes, para os fins da proteção institucional, todavia, a distinção carece de utilidade.” LOPES, João Victor. **A proteção internacional dos direitos do refugiado**. Trabalho de Graduação (Bacharel em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 38.

autoridades estatais seguissem para o fim de determinar o *status* de refugiado. O ideal seria todos os Estados-Partes adotarem um mesmo procedimento, mas a realidade é outra.¹⁶

2.2. A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO ACNUR

É necessário ressaltar que mesmo em meio às divergências ideológicas e políticas da época a OIR teve sua eficiência,¹⁷ porém com o novo contexto mundial, qual seja: fim da Segunda Guerra Mundial, início da Guerra Fria e mudanças políticas na Europa Ocidental, o número de refugiados aumentou e com eles a necessidade de instituição de um novo órgão de proteção.

Assim, em 14 de dezembro de 1950, surgiu o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas – ACNUR – através da Resolução 319 (IV) da Assembleia Geral das Nações Unidas para Refugiados. Nesse momento, essa organização passou a ficar legalmente responsável pela proteção dos refugiados, mesmo com a existência concomitante da OIR.¹⁸

Destaque-se que, de início, o ACNUR teria um mandato de atuação de três anos, ou seja, a ideia era de que fosse uma instituição provisória, mas a partir de 1956, com a revolução húngara e com a descolonização da África, sua intervenção deixou evidente que seu trabalho não seria algo provisório e temporário, contando hoje com 65 anos de existência.¹⁹

Conforme seu estatuto trata-se de:

Uma entidade internacional de caráter humanitário e apolítico que, atuando sob os auspícios das Nações Unidas e sob a autoridade de sua Assembleia Geral, procura oferecer proteção e assistência aos refugiados, bem como buscar soluções permanentes ao trabalhar em cooperação com governos locais.²⁰

¹⁶ CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas**. 2 ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. p. 138.

¹⁷ Segundo dados do ACNUR, mais de um milhão de refugiados foram repatriados ou realocados em um terceiro país. Contudo, à época, aproximadamente 400 mil pessoas ficaram impossibilitadas de reintegração devido sua idade ou algum tipo de deficiência.

¹⁸ CAVARZERE, Thelma Thais. Idem.

¹⁹ ACNUR. **Historia del ACNUR**. Disponível em: <http://www.acnur.org/el-acnur/historia-del-acnur/> Acesso em: 21/08/2016.

²⁰ LOPES, João Victor. **A proteção internacional dos direitos do refugiado**. Trabalho de Graduação (Bacharel em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 20.

No entanto, já no início do século 21 ficou evidente que suas funções vão além da proteção destinada aos refugiados, presente na Convenção de 1951: “atender pessoas fora de seu país de nacionalidade, incapazes ou não desejosas de estar sob sua proteção”²¹. O ACNUR também utiliza de sua experiência para ajudar os deslocados internos e os apátridas²², evidenciando-se assim um viés humanitário forte e efetivo. Como resposta a essa atuação, e em meio às dificuldades políticas sempre enfrentadas, por duas vezes a instituição foi ganhadora do Prêmio Nobel da Paz.²³

Nesse sentido, alguns dados estatísticos merecem ser destacados. Há aproximadamente 10.000 funcionários espalhados na sede, em Genebra, e em escritórios e sub-escritórios de todo o mundo, tendo uma atuação em 126 países; em 2015 o orçamento do ACNUR fixou-se em US \$6,8 bilhões, renda essa que advém de doações dos Estados e do setor privado. Ressalta-se que esse orçamento foi utilizado para ajudar as mais de 60 milhões de pessoas assistidas pelo órgão.

Feitas essas considerações, é possível descrever a atuação do ACNUR nos campos de refugiados. Veja-se. Em se tratando dessa situação, esse órgão busca proporcionar soluções imediatas e de longo prazo²⁴, essas últimas serão mais bem trabalhadas adiante.

Sobre as soluções imediatas, há um manual com procedimento padrão criado pelo ACNUR, o qual dispõe sobre o trabalho da instituição em fornecer cuidados e abrigos para as pessoas em situação de emergência, nas primeiras 72 horas.

No guia está disposto que o ACNUR deve estar preparado para dar suporte às novas necessidades da forma mais rápida possível e em qualquer lugar do mundo.

Há um conjunto de produtos considerados básicos para a sobrevivência, os quais estão prontos para serem enviados ao destino necessário. Assim, foram

²¹ CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas**. 2 ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. p. 139.

²² “...apátrida é toda pessoa que, por lei, não goza do direito de cidadania em qualquer Estado.” Ibidem. p. 146.

²³ ACNUR. **Historia del ACNUR**. Disponível em: <http://www.acnur.org/el-acnur/historia-del-acnur/> Acesso em: 21/08/2016.

²⁴ ACNUR. **Anatomía de um campo de refugiados: atención y necesidades**. Disponível em: recursos.eacnur.org/hubfs/Content/ACN_ebook_anatomia_campo_refugiados.pdf. Acesso em 20/08/2016. p.11.

instituídos sete pontos estratégicos, locais esses em que há a coordenação desses “kits” de sobrevivência, como água, cobertores, tendas e utensílios para cozinha.

Segundo o ACNUR, suas aeronaves estão sempre prontas para chegar rapidamente aos locais em que necessitam de ajuda internacional humanitária. Para que seja possível o alcance desses aviões até as pessoas, existe uma frota de veículos para alcançar lugares de mais difícil acesso. Ainda, há várias equipes presentes nesses locais para receber, registrar e dar assistência as pessoas necessitadas.²⁵

Por outro lado, é possível afirmar que nem sempre a atuação do ACNUR é efetiva. A cada dia que passa as responsabilidades recaídas sobre o órgão são maiores. Enquanto há milhões de pessoas aguardando análise do reconhecimento de status de refugiados, há outros milhões necessitando de outras medidas.

Atualmente o que se verifica é um aumento progressivo do fluxo de refugiados. Como exemplo, conforme dado fornecidos pelo ACNUR, em 2008 o número de pessoas que chegaram a Europa através do Mediterrâneo foi de 59.000, enquanto que em 2015 o número foi de 1.015.078²⁶. É evidente que estamos vivendo em uma crise dos refugiados.

O mestre Luís Renato Vedovato faz uma importante observação no que diz respeito a esse massivo aumento:

Também é necessário ressaltar que a facilidade de acesso a informação e o desenvolvimento de tecnologia, que facilitou a circulação de pessoas pelo mundo, trazem uma maior dificuldade para o órgão de proteção do refugiado, pois, cada vez mais a informação sobre opções aparece para os perseguidos e os caminhos para o refúgio acabam por permitir que os pleitos cheguem ao ACNUR.²⁷

Diante disso, entende-se que globalização não deve ser encarada como um ponto negativo ao órgão, mas sim como um modo de mudança natural que ocorre na sociedade. Assim, tem o ACNUR à difícil missão de constantemente adaptar-se às mudanças e ao intenso fluxo de refugiados, deslocados internos, apátridas e

²⁵ ACNUR. **Actuación en emergencias: 72 horas cruciales**. Disponível em: recursos.eacnur.org/hubfs/Content/ACN_ebook_actuacion_emergencias.pdf Acesso em 20/08/2016. p. 7.

²⁶ ACNUR. **Los principales flujos de refugiados durante 2015 y 2016**. Disponível em: recursos.eacnur.org/hubfs/Content/ACN_flujos_refugiados.pdf Acesso em 25/08/2016. p. 5.

²⁷ RAMOS, Andre de Carvalho. RODRIGUES, Gilberto. ALMEIDA, Guilherme Assis de. **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL- A Cultural, 2011. p. 297

demais pessoas amparadas pelos instrumentos internacionais, para que aquilo que é declarado como direito não esteja distante daquilo que é de fato garantido.²⁸

Por fim, um último levantamento importante sobre a atuação do ACNUR nos campos de refugiados é questão da neutralidade. Como já exposto acima, teoricamente trata-se um órgão apolítico, assim o ACNUR possui disposições de seu Comitê Executivo no sentido de preservar a neutralidade dos campos e independência dos conflitos. Contudo, a ONU já precisou lidar com pessoas infiltradas dentro dos campos, incitando e propagando a violência.²⁹

2.3. DISTINÇÃO ENTRE UMA ZONA DE PROTEÇÃO

Devido à evolução nos armamentos bélicos na Primeira Guerra Mundial, principalmente com a utilização dos aviões para operações militares, bem como para atingir civis, os Estados envolvidos no conflito entenderam por bem criar zonas de segurança para salvaguardar a população civil. Ou seja, durante a guerra, ou demais conflitos armados, a população deveria ser protegida³⁰. O art. 15 da Convenção IV - Convenção de Genebra Relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949 - trata da criação dessas zonas neutras.³¹

É possível conceituá-la da seguinte maneira:

²⁸ RAMOS, Andre de Carvalho. RODRIGUES, Gilberto. ALMEIDA, Guilherme Assis de. Ibidem. p. 298.

²⁹ ACNUR. **¿cómo honrar un mandato?**. Disponível em: <http://www.acnur.org/el-acnur/historia-del-acnur/acnur-como-honrar-un-mandato/> Acesso em: 20/08/2016.

³⁰ PAVANELLO, Elisa Moretti. **Parâmetros para a Criação de Zonas de Segurança para a proteção de civis em conflitos armados: um estudo de casos a partir da década de 90**. 2014. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Relações Internacionais) – UFSC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Danielle Annoni. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129487/331754.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25/07/2016. p. 27.

³¹ Artigo 15.º - Qualquer Parte no conflito poderá, quer diretamente, quer por intermédio de um Estado neutro ou de um organismo humanitário, propor à Parte contrária a criação, nas regiões onde se combate, de zonas neutras destinadas a proteger dos perigos dos combates, sem qualquer distinção, as seguintes pessoas

a) Os feridos e os doentes, combatentes ou não combatentes;

b) Os civis que não participam nas hostilidades e que não se dediquem a qualquer trabalho de natureza militar durante a sua permanência nestas zonas.

Logo que as Partes no conflito tiverem acordado sobre a situação geográfica, administração, abastecimentos e inspeção da zona neutra considerada, será estabelecido um acordo escrito e assinado pelos representantes das Partes no conflito. Este acordo fixará o início e a duração da neutralização da zona.

Zona de proteção designa um espaço delimitado, considerada área internacional que tem a finalidade de proteger e de cuidar dos combatentes doentes e feridos e da população civil. (...) A expressão 'sistema de zonas de proteção' significa os quatro tipos de zonas de proteção previstos pelo Direito Internacional Humanitário (DIH): 1) as zonas de segurança (art. 14 do CG IV), 2) as zonas neutralizadas (art. 15 do CG IV), 3) as localidades não defendidas (art. 59 do PA I) e, 4) as zonas desmilitarizadas (art. 60 do PA I). Há várias denominações de zonas de proteção como: Zonas de Genebra, cidades de segurança, zonas neutras de segurança, Open Relief Centers (Sri Lanka), área segura (ou safe havens no Iraque), áreas seguras (ou safe areas na Bósnia-Herzegovina) e zona humanitária segura (ou zone humanitaire sûre em Ruanda).³²

A partir da década de 90 a ONU passou a dar uma atenção maior à criação e aos parâmetros de criação de uma zona de proteção, pois o fluxo de refugiados pelos Estados já era intenso, assim a ideia seria a população civil procurar abrigo em seu próprio país de origem. Aqui, já é possível apontar uma primeira diferença com um campo de refugiados, qual seja: o local de construção da área. Enquanto a zona de proteção é constituída em meio, ou próximo, a zona de conflito, dentro do próprio país, os campos são construídos em outros Estados, não necessariamente países vizinhos, mas tem como requisito principal ultrapassar a fronteira do país em conflito.

Nesse sentido, para a criação de um campo de refugiados é importante atentar-se a distância de sua construção. Não deve ser instalado muito próximo à fronteira, evitando assim uma tensão e/ou ataque de violência, e não deve ser estar muito longe do país de origem dos refugiados, tendo em vista que a grande maioria dos deslocados possui o desejo de regresso.

Ou seja, uma primeira regra basilar ao criar um campo de refugiados é a de que ele esteja a uma “distância razoável” da fronteira, conforme consta na conclusão n. 22 do Comitê Executivo do ACNUR.

Outra questão a ser considerada diz respeito à permissão de constituição de uma zona de proteção. Conforme bem explicita Elise Moretti Pavanello, o não acordo “poder-se-ia inferir que as partes envolvidas no conflito perceberam as zonas de proteção estabelecidas pelas Nações Unidas como integrantes no conflito (...)”³³. Assim, conclui-se que há o requisito de prévio acordo entre as partes envolvidas no conflito armado. Nos campos de refugiados, por óbvio, também há necessidade de concordância, porém cabe à ONU e ao país que acolhe os refugiados fixar um

³² PAVANELLO, Elisa Moretti. Op.cit. p. 36.

³³ PAVANELLO, Elisa Moretti. Ibidem. p. 224.

sistema de colaboração e cooperação, não havendo prévia anuência do país conflitante.

Uma alternativa para haver concordância de envolvidos para o fim de evitar que a população civil sofra com os efeitos diretos dos conflitos seria a determinação de um caráter civil e não militar à zona, melhor dizendo, as zonas de proteção seriam mais seguras caso fossem desmilitarizadas, como é o caso da Zona Jacquinet, em Xangai.³⁴ Contudo, nos campos de refugiados não há uma regra específica em relação a esse tema, a segurança pode ser feita de diversas maneiras – como será especificada a seguir -, sendo ele militar, privada ou até mesmo formada pela população habitante de um campo.

Um último apontamento a ser feito é existência de instrumentos jurídicos referentes às pessoas envolvidas e a criação das zonas de proteção. A cada criação são propostos acordos *ad hoc* de proteção a população civil, bem como há normas gerais do Direito Internacional Humanitário as quais devem ser respeitadas. No entanto, as questões relativas aos refugiados e aos campos possuem um aparato jurídico mais concreto, ou seja, a ONU possui diversos instrumentos, manuais e resoluções que tratam no tema em questão, como a Convenção de 1951, o Estatuto do ACNUR, conclusão n. 22 do Comitê Executivo do ACNUR, enfim. Mesmo diante de todos esses instrumentos existem lacunas, mas não é possível acusar uma insegurança ao tratar dessa questão.

2.4. NORMAS REGULAMENTADORAS DOS CAMPOS DE REFUGIADOS

Levando-se em consideração que os campos de refugiados, por possuírem como principal característica a urgência, são construídos de maneira improvisada e muitas vezes em lugares inapropriados, evidencia-se a dificuldade em estabelecer e fixar um determinado conjunto de normas a serem utilizados em todos os campos de refugiados existentes.

Contudo, além da observância à Convenção de 1951, da Convenção IV de Genebra – utilizada subsidiariamente - por óbvio, existem regras básicas para a construção e manutenção dos campos as quais devem estar presentes para que se possa alcançar sua função principal. Nesse sentido, o ACNUR elaborou uma guia

³⁴ PAVANELLO, Elisa Moretti. Ibidem. p. 47.

para o fim de orientar seus agentes sobre como atuarem em situações de emergência e como organizarem esses locais. Há 20 elementos essenciais que serão apresentados a seguir.

O local onde será construído um campo de refugiado pode ser considerado como o primeiro elemento essencial. Em regra, escolhe-se uma região com inclinação a fim de contribuir para que ocorra uma drenagem natural. É importante que não sejam construídos próximos as zonas de conflitos, porém não devem ser longe das cidades da região. Atenta-se, inclusive, para um local em que a propagação de doenças não seja grande.

A dimensão diz respeito ao tamanho do campo, contudo é um elemento que nem sempre é respeitado, pois o número de pessoas que lá se acomodam geralmente ultrapassa o limite estipulado.³⁵

Como terceiro elemento tem-se a segurança. O governo do país em que se encontra o campo de refugiados geralmente cuida desse elemento. No entanto, há também a segurança privada que pode vir a ser contratada através de ONGs.

De 20 a 30% de um campo é ocupado por ruas e estradas. É essencial que haja espaço o suficiente para entrada de veículos a fim de fornecer as necessidades diárias dos refugiados. Ainda, cada pessoa deve possuir como espaço mínimo 3,5 metros quadrados (4,5 metros quadrados no verão) dentro uma casa/alojamento em um campo.

Outros elementos de extrema importância, que podem ser tratados conjuntamente, são as instalações administrativas e jurídicas. O indicado é que 15% a 20% dos campos sejam ocupados por essas instalações, pois são os locais em que serão realizadas as inscrições, tomadas de decisão, solução de conflitos internos, e tudo, é claro, com a colaboração do Governo local. Nesse sentido, é de suma importância fixar um ponto de encontro dentro da área para que os refugiados possam estar preparados para qualquer tipo de evento dentro do campo.

Em relação à assistência médica, os organismos internacionais indicam que para cada 2.000 pessoas deve haver um centro de saúde e para cada 200.000 mil pessoas é necessário um hospital. Contudo, não há impeditivo de que um refugiado seja atendido por um hospital da cidade.

³⁵ ACNUR. **Anatomía de um campo de refugiados: atención y necesidades**. Disponível em: recursos.eacnur.org/hubfs/Content/ACN_ebook_anatomia_campo_refugiados.pdf. Acesso em 15/08/2016. p. 6

Um elemento que se pode apontar como prioritário dentro de um campo de refugiados é a distribuição de alimentos. Por óbvio, essa divisão dependerá do número de refugiados acolhidos. Indica-se que para cada 5.000 pessoas tenha um depósito, levando-se em consideração, inclusive, as 2.100 calorias que um adulto deve consumir por dia.

As escolas também são um dos principais elementos e segue a mesma medida adotada em outros elementos, ou seja, para cada 5.000 pessoas deve-se haver uma escola.³⁶

Outros elementos muito comuns nas cidades como os mercados, desporto e cemitérios, devem estar presentes dentro um campo de refugiados. Sobre os mercados, em caso de campo fechado, deverá ser aberto ao menos uma vez no mês a fim de que os refugiados façam trocas de alimentos, compras – caso possuam alguma renda ou economia – e possam receber encomendas advindas do exterior. Já o desporto é entendido como um meio de amenizar o exílio e o sofrimento vivenciados pelos refugiados. Os cemitérios, por sua vez, além de cumprirem sua função principal também garantem o controle de doenças que por ventura ocorram.

Sobre o saneamento básico, o ideal é que se tenha um vaso sanitário por família, contudo, caso não seja possível, esse poderá ser utilizado por cada 20 pessoas. Além dos requisitos de serem limpos e com boa iluminação, não devem os banheiros estar a mais de 50 metros distantes dos abrigos. Nesse sentido, estipula-se que haja um tratamento específico para todos os resíduos produzidos pelas pessoas que habitam os campos.

A água potável talvez seja o maior desafio de um campo de refugiados. Há campos que possuem seus próprios meios de conseguir água, por exemplo, um rio, um poço, enfim. O ideal seria o fornecimento de 7 litros de água, por dia, para cada pessoa. Já em relação à energia, utilizam-se lâmpadas de baixo consumo ou outras fontes de energia alternativa, como é o caso de usar a casca de arroz para transformar em combustível.³⁷

Em alguns campos é possível fazer uso da internet através do sistema *wifi* ou por computadores públicos. Destaca-se que a comunicação dentro de um campo de refugiados gera inúmeros benefícios aos refugiados.

³⁶ ACNUR. Ibidem. p. 7.

³⁷ ACNUR. Ibidem. p. 8.

Tem-se, ainda, o cuidado com o meio ambiente como um fator importante a ser cultivado dentro do campo, bem como o incentivo a busca de soluções específicas para problemas do cotidiano, por exemplo, programas de vacinação.

Por fim, é necessário que além das instalações administrativas e judiciais, já citadas, haja locais orientadores para pessoas com deficiência, idosos, crianças ou mulheres vítimas de violência doméstica.³⁸

Além desses 25 elementos apresentados pelo ACNUR, é possível apresentar outros instrumentos criados no intuito de auxiliar na execução de tarefas dentro de uma crise humanitária e dispor sobre regras mínimas e universais que deverão estar presentes em uma localidade que sofreu um desastre humanitário.

O projeto esfera, por exemplo, foi instituído em 1997 por ONGs e agências internacionais de ajuda humanitária, como a Federação Internacional da Cruz Vermelha, e possui duas ideias principais, quais sejam:

(...) que as pessoas afetadas pelo desastre ou conflito tenham o direito de viver com dignidade e, portanto, a receber assistência; e segundo, que devem tomar todas as medidas possíveis para aliviar o sofrimento humano causado por desastres e conflitos armados.³⁹

Nesse sentido, foi elaborada a Carta Humanitária, publicada pela primeira vez em 2000, com um conjunto de princípios, direitos, obrigações, chamados de normas mínimas, utilizadas como respostas para salvar vidas em situações de emergência, inclusive dentro dos campos de refugiados. Ressalta-se que esse manual possui um viés voluntário, não há necessidade em ser signatário para poder utilizar. A ideia é de fato atingir o maior número de pessoas possíveis sem a utilização de mecanismos de controle.

Segundo informações cedidas no site do projeto, a organização do manual não se desenvolveu apenas por uma ONG ou pessoa em particular, sendo assim, possui ampla aceitação em todos os setores de ajuda humanitária. Inclusive, atualmente, boa parte dos doadores solicita a inclusão dessas normas nos relatórios exigidos para que efetuem o repasse.

³⁸ ACNUR. Ibidem. p. 9.

³⁹ Tradução livre. Do original: "(...)que las personas afectadas por un desastre o un conflicto armado tienen derecho a vivir con dignidad y, por lo tanto, a recibir asistencia; y segundo, que se deben tomar todas las medidas posibles para aliviar el sufrimiento humano ocasionado por los desastres y los conflictos armados." SPHERE PROJECT. Disponível em: <http://www.spherehandbook.org/es/que-es-esfera/> Acesso em 01/09/2016.

É importante ressaltar que a Carta Humanitária foi dividida em quatro grandes grupos, quais sejam: a) fornecimento de água, saneamento básico e higiene; b) alimentação e nutrição; c) abrigo e fornecimento de produtos não alimentares; d) saúde.⁴⁰ Nos anos de 2003 e 2010 passou por revisões, em cooperação com a ONU, organizações internacionais e demais indivíduos envolvidos no setor.

Ocorre que, o projeto esfera não se dedica apenas à resolução de problemas imediatos, ou seja, além das normas indicadas para atividades de preparação para possíveis desastres, há também normas direcionadas à assistência contínua, bem como a uma nova recuperação – recomeço – da vida das populações afetadas.

Outra referência de gestão nos campos é o Conselho Norueguês de Refugiados. Essa organização humanitária tem como objetivo ajudar, da maneira que for preciso, pessoas que são obrigadas a fugir e sair de seu país de origem.

Em relação aos campos de refugiados, a instituição é hoje considerada líder na gestão e coordenações desses locais, seu trabalho diz respeito: ao apoio de parceiros na estrutura e na supervisão do local, a gestão de informação, a defesa e a participação da comunidade, ao monitoramento dos serviços fornecimento e o suprimento de possíveis lacunas e ao desenvolvimento de programas de extensão comunitária.⁴¹

Veja-se. Todas essas normas e referências de gestão utilizadas nos campos de refugiados estão voltadas especificamente para a garantia de direitos básicos das pessoas que lá vivem, pois não é incomum que a população local esteja melhor amparada e seja mais respeitada que a população de um campo. Todas essas diretrizes unem forças no intuito de aliviar o sofrimento de um refugiado, e demais pessoas em situação de conflito e de risco, garantindo seu direito a uma vida digna.

⁴⁰ SPHERE PROJECT. Idem.

⁴¹ NRC. **Camp management**. Disponível em <https://www.nrc.no/what-we-do/activities-in-the-field/camp-management2/> Acesso em 01/09/2016.

3. DIREITOS DOS REFUGIADOS NO CAMPO

“O Direito Internacional dos Direitos Humanos é a fonte dos princípios de proteção dos refugiados e ao mesmo tempo complementa tal proteção.”⁴² Assim afirma a autora Flávia Piovesan, que adverte, inclusive, que o fato do indivíduo estar na condição de refugiado já configura-se violação aos direitos humanos previstos na Declaração Universal de 1948. Ou seja, para cada refugiado existente há inúmeras violações de direitos por parte dos Estados⁴³.

Nesse sentido, a autora destacou dois fundamentos inerentes a proteção internacional dos refugiados, quais sejam: a universalidade e a indivisibilidade. O primeiro conclui que a dignidade da pessoa humana acarreta em direitos que são independentes de qualquer outro fundamento ou elemento. Já a indivisibilidade dos direitos humanos diz respeito a uma proteção ampla, alcançando, além dos direitos civis e políticos, os direitos sociais, de ordem econômica e os culturais.⁴⁴

Assim, com base no exposto, e anteriormente a apresentação dos princípios, direitos e garantias presentes da Convenção de 1951 e na Convenção da OUA de 1969, é interessante destacar os três principais princípios que regem os campos de refugiados.

Primeiramente, ressalta-se que não deve haver discriminação dentro dos campos de refugiados, entretanto, tem-se o princípio da transversalidade como uma exceção, plenamente afastável, em determinados casos em que se decide adotar uma medida pragmática. Ou seja, é possível a utilização de critérios de idade, gênero e diversidade por motivos de segurança ou uma melhor assistência a determinados grupos. O principal exemplo a ser dado é o caso do campo da Zaatari na Jordânia, o qual possui uma regra de não aceitar homens em idade militar (de 15 a 40 anos).

O princípio da abordagem comunitária, por sua vez, é aquele em que se liga a vida do refugiado à comunidade, respeitando seus valores e costumes. Nos campos de refugiados busca-se a aproximação em espaços criados para o diálogo, devendo haver troca de informações a experiência, a fim de que os responsáveis pela administração do local estejam cientes das particularidades de cada indivíduo.

254 ⁴² PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 8 ed. – São Paulo: Saraiva, 2015. p.

⁴³ PIOVESAN, Flávia. *Idem*.

⁴⁴ PIOVESAN, Flávia. *Ibidem*, p. 255.

A segurança e a solução de controvérsias, já explicitadas no texto, servem como exemplo de aplicação desse princípio. É possível que os próprios refugiados façam sua segurança – ideia defendida pelo ACNUR – e tenham líderes que trabalharam na solução de conflitos internos.

Por óbvio, em um campo de refugiados, regido por diversas normas internacionais, deve haver respeito aos direitos humanos. Ou seja, em casos de conflitos com uma norma ou costume local e uma regra de direito internacional humano, prevalece essa última.

3.1. PRINCÍPIOS GERAIS – CONVENÇÃO DE 1951

Considerando que a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, juntamente com o Protocolo de 1967, é um dos principais instrumentos internacionais direcionados a proteção desses indivíduos, faz-se necessário o estudo dos princípios expressos e implícitos presentes no documento.

O art. 3º prevê que “Os Estados Contratante aplicarão as disposições desta Convenção aos refugiados sem discriminação quanto à raça, à religião ou ao país de origem.”⁴⁵ Verifica-se aqui uma vedação expressa a discriminação. O artigo que apresenta o princípio da não-discriminação é auto-explicativo, contudo, é importante ressaltar que os casos de discriminação podem ser considerados equivalentes a uma perseguição. Ou seja, nos termos do Manual de procedimentos do ACNUR, entende-se que a violação a esse princípio pode servir como fundamentação a razão do refúgio.⁴⁶ Assim, devem os Estados envolvidos, atentarem-se a possíveis violações a igualdade e a dignidade da pessoa humana, não permitindo a impunidade e a perseguição.

Sobre os princípios da cooperação e solidariedade internacional é possível destacar parte do preâmbulo da Convenção:

Considerando que da concessão do direito de asilo podem resultar encargos indevidamente pesados para certos países e que a solução satisfatória dos problemas cujo alcance e natureza internacionais a Organização das Nações Unidas reconheceu, não pode, portanto, ser obtida sem cooperação internacional,

⁴⁵ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos**. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 235.

⁴⁶ ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**. Disponível em: www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php Acesso em: 20/07/2016.

Exprimindo o desejo de que todos os Estados, reconhecendo o caráter social e humanitário do problema dos refugiados, façam tudo o que esteja ao seu alcance para evitar que esse problema se torne causa de tensão entre os Estados,

Notando que o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados tem a incumbência de zelar pela aplicação das convenções internacionais que assegurem a proteção dos refugiados, e reconhecendo que a coordenação efetiva das medidas tomadas para resolver este problema dependerá da cooperação dos Estados com o Alto Comissário,⁴⁷

Nesse sentido, pode-se afirmar que a cooperação internacional se dá quando há a união de vários Estados soberanos em prol de um objetivo em comum, sendo no caso em questão a proteção internacional dos refugiados. Assim, além da proteção, em casos de violação aos direitos humanos, há uma responsabilidade por parte da comunidade internacional em restabelecer os direitos fundamentais.

O princípio da solidariedade internacional, por sua vez, diz respeito ao comprometimento dos Estados em compartilhar essa responsabilidade. Nesse sentido, além do repasse da ONU aos países envolvidos, há uma partilha dos altos custos de concessão do status de refugiado, bem como o de manter esse indivíduo em seu território com proteção e fornecimento de bens essenciais a sua sobrevivência.

Em seguida, tem-se o princípio da unidade familiar. Conforme dispõe o art. XVI – 3 da Declaração Universal dos Direitos do Homem “a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.”⁴⁸. Nesse sentido, inúmeros instrumentos internacionais adotam conceitos semelhantes ao tratar da proteção da família. E com a Convenção de 1951 não poderia ser diferente. A Ata Final da Conferência em que houve a adoção de tal instrumento dedicou espaço ao tratar da proteção da família do refugiado. Foram duas as recomendações referentes a esse princípio:

(1) Assegurar que a unidade familiar do refugiado seja mantida especialmente nos casos em que o chefe de família tenha preenchido as condições necessárias para a sua admissão num determinado país.

(2) Assegurar a proteção dos refugiados menores, em particular crianças não acompanhadas e meninas, com especial referência para a tutela e adoção.⁴⁹

⁴⁷ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Op. cit. p. 232.

⁴⁸ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Ibidem. p. 76.

⁴⁹ ACNUR. Op.cit.

Mesmo não estando expressamente na Convenção e no Protocolo de 1967, ambas as recomendações são observadas pelos países acolhedores de refugiados.

Conforme preceitua o princípio da unidade familiar, nos casos em que o chefe da família preencher todos os critérios exigidos para configuração do *status* de refugiado, o restante de sua família, mesmo não preenchendo um ou outro critério formal será também reconhecido como refugiado⁵⁰.

É certo que o dependente não será reconhecido como refugiado caso essa possibilidade não seja compatível com sua atual condição jurídica. Ainda, vale destacar que o cônjuge e os filhos menores estão acobertados pela presunção de unidade, ou seja, não há necessidade em provar sua dependência em relação ao chefe da família.

Considerando ainda que o conceito de família não é único e absoluto, tem-se que o companheiro do refugiado – seja em situação de união estável ou união homoafetiva -, filhos não biológicos, pais idosos e demais pessoas que sejam dependentes economicamente devem ser incluídos no núcleo familiar e ter seu *status* de refugiados conhecidos.

Não em contrariedade, pode-se destacar o princípio da individualidade implícito na presente Convenção. Conforme o manual de procedimentos do ACNUR, a regra geral é de que a condição de refugiado será analisada e determinada individualmente. No entanto, esse princípio será excepcionado em casos de observância ao princípio anteriormente apresentado – unidade familiar – e em casos de determinação coletiva, situação na qual “cada membro do grupo é considerado como refugiado *prima facie*.”⁵¹

Por fim, é preciso realizar uma breve análise do princípio do *non-refoulement*⁵², o qual, assim como todos os outros princípios aqui apresentados,

⁵⁰ SOARES, Carina de Oliveira. O princípio da unidade da família no direito internacional dos refugiados. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9427. Acesso em 28/10/2016.

⁵¹ ACNUR. Op. cit.

⁵² “Refoulement, derivado do verbo francês refouler, significa devolver, retornar.” SILVA, Joanna de Angelis Galdino. **O direito à não devolução e o reconhecimento do *non-refoulement* como norma *jus cogens***. 176 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133214/333906.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 28/10/2016. p 117.

busca – ou tenta garantir – uma proteção efetiva dos direitos humanos dos refugiados. Cavarzere assim define o *refoulement*:

Pode ser definido como um ato administrativo, regulamentado em seu exercício pelas regras de direito internacional, através do qual as autoridades apontadas pelo Estado recusam admissão no território a uma determinada pessoa, fazendo-a inclusive retornar ao país de onde veio. Não deve ser confundido com expulsão, deportação ou extradição.⁵³

A Convenção de 1951, por sua vez, dispõe expressamente sobre a não devolução:

Art. 32 - Expulsão

1. Os Estados Contratantes não expulsarão um refugiado que se encontre regularmente no seu território senão por motivos de segurança nacional ou de ordem pública.
2. A expulsão desse refugiado somente ocorrerá em virtude de decisão proferida conforme o processo previsto por lei. A não ser que a isso se oponham razões imperiosas de segurança nacional, o refugiado deverá ter permissão de fornecer provas que o justifiquem, de apresentar um recurso e de se fazer representar para esse fim perante uma autoridade competente ou perante uma ou várias pessoas especialmente designadas pela autoridade competente.
3. Os Estados Contratantes concederão a tal refugiado um prazo razoável para procurar obter admissão legal em outro país. Os Estados Contratantes podem aplicar, durante esse prazo, a medida de ordem interna que julgarem oportuna.

Art. 33 - Proibição de expulsão ou de rechaço

1. Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.
2. O benefício da presente disposição não poderá, todavia, ser invocado por um refugiado que por motivos sérios seja considerado um perigo para a segurança do país no qual ele se encontre ou que, tendo sido condenado definitivamente por crime ou delito particularmente grave, constitui ameaça para a comunidade do referido país.

Pois bem. Resta claro que esse princípio prevê a impossibilidade do país estrangeiro devolver o refugiado ao seu país de origem, enquanto persistirem as causas que levaram o indivíduo a deixá-lo. Segundo a mestre Joanna de Angelis Galdino Silva, além de seu caráter principiológico, a comunidade internacional vê o *non-refoulement* como uma norma de observância obrigatória (*jus cogens*), citando, inclusive, a opinião de Trindade, o qual entende que é necessário dar a mesma

⁵³ CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas**. 2 ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. p. 123.

importância as etapas prévias e posteriores ao reconhecimento do status de refugiado⁵⁴ por parte do ACNUR, para que não ocorra violação a essa norma.

Sobre a exceção prevista no art. 33 da Convenção de 1951, vê-se uma relação entre esse princípio e o da segurança nacional, o que pode gerar sérias violações de direitos humanos, tendo em vista que o termo “motivo sério” dá margem a inúmeras interpretações por partes dos Estados⁵⁵.

Com base no que foi exposto, entende-se que a proteção internacional dos refugiados está vinculada a todos esses princípios apresentados, não podendo ser apontado como exagero todo cuidado despedido no que tange a proteção de pessoas que se encontram em situações-limites com a ameaça de ver todos os seus direitos fundamentais violados.

3.2.DIREITOS E GARANTIAS – CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA DE 1969

Em 1963 a OUA chegou à conclusão de que seria necessário o estabelecimento de um instrumento regional, com características especiais aos refugiados da África. Assim, em 1969 foi adotada a Convenção da OUA.

No entanto, o ACNUR de início se mostrou receoso ao acreditar que essa Convenção pudesse ir de encontro à Convenção de 1951, fazendo, inclusive, com que os refugiados da África deixassem de receber a mesma proteção destinada a todos os outros. Por este motivo a OUA convidou o ACNUR para participar da elaboração do novo instrumento, devendo servir como complementação à Convenção das Nações Unidas⁵⁶.

Esse instrumento amplia o conceito de refugiado apresentado pela Convenção de 1951, veja-se:

Art. I - 2 - O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou

⁵⁴ SILVA, Joanna de Angelis Galdino. **O direito à não devolução e o reconhecimento do *non-refoulement* como norma *jus cogens***. 176 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133214/333906.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 28/10/2016. p 125.

⁵⁵ SILVA, Joanna de Angelis Galdino. Ibidem, p. 127.

⁵⁶ ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo 2000 – cinquenta anos de ação humanitária**. Nova Iorque: Oxford University Press Inc, 2000. p. 59.

na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.⁵⁷

Ou seja, a Convenção de 1969 prevê o reconhecimento de um refugiado “independentemente de se conseguir ou não determinar um receio fundado de perseguição”⁵⁸. Assim, pessoas fugindo de uma guerra civil teriam a possibilidade de solicitar refúgio.

O documento previu ainda outros novos direitos não presentes na Convenção de 1951, tais como: a não rejeição na fronteira, a localização da instalação dos refugiados, o asilo e o repatriamento voluntário.

Sobre a não rejeição na fronteira e a ampliação da garantia do princípio *non-refoulement*, o art. II, n.º 3 dispõe que

Ninguém pode ser submetido por um Estado-Membro a medidas tais como a recusa de admissão na fronteira, o *refoulment* ou a expulsão que o obriguem a voltar ou a residir num território onde a sua vida, a sua integridade física ou sua liberdade estejam ameaçadas.⁵⁹

Além da importância dada ao princípio do repatriamento voluntário - segundo o qual o refugiado poderá retornar ao seu país de origem quando cessar as razões que o levaram a sair de seu território - devem os países de origem e de asilo prestarem a assistência necessária ao regresso do refugiado ao seu Estado, não sendo possível penalizá-los por terem fugido.

Ainda, há uma previsão na Convenção de 1969 de que os países devem instalar os refugiados “a uma distância razoável da fronteira do seu país de origem”⁶⁰, sendo assim um direito dessas pessoas de não permanecerem próximo as zonas de conflito e/ou perigo.

Desde junho de 1974, quando a Convenção de OUA entrou em vigor, o ACNUR vem utilizando esse instrumento juntamente com a Convenção de 1951 e com o Protocolo de 1967 em todas as suas atividades realizadas na África. Inclusive, segundo o ACNUR, mesmo que essa Convenção tenha sido produzida com base nos acontecimentos do continente africano, tendo em vista que inovou e

⁵⁷ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Op. cit., p. 480.

⁵⁸ ACNUR. Op. cit., p. 60.

⁵⁹ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Op. cit., p. 481.

⁶⁰ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Op. cit., p. 482.

estabeleceu novos princípios de proteção aos refugiados, é aplicada nas demais partes do mundo⁶¹.

3.3.A CONSTITUIÇÃO DO QUÊNIA

A República do Quênia é uma ex-colônia britânica e conquistou sua independência em 1963. Com a restauração do multipartidarismo a liberdade do país aumentou, no entanto, tendo em vista que um único presidente permaneceu no poder por cinco eleições consecutivas (Daniel Arap Moi: 1978-2002), problemas de caráter étnico iniciaram-se no país. Assim, após uma intensa disputa eleitoral, um candidato da oposição, Mwai Kibaki, venceu a eleição com as principais promessas de: reforma constitucional e melhor distribuição do poder entre as diversas tribos do país⁶².

Nesse sentido, em relação à primeira promessa, através de grande movimentação popular, em 04 de outubro de 2010 houve o referendo da Constituição do país.

O advogado e atuante na Conferência da Comissão de Implementação da Constituição do Quênia, o brasileiro Saul Tourinho Leal, ressaltou em seu artigo - “Katiba for change – Quênia em direção a sua democracia constitucional” – que diversos temas de suma importância foram tratados, tais como: proibição ao nepotismo, assecuração dos direitos fundamentais, *impeachment*⁶³.

Katiba⁶⁴ possui 18 capítulos e o 4º capítulo trata dos direitos fundamentais divididos em três partes: Declarações Gerais relativas à Declaração de Direitos; Direitos e Liberdades Fundamentais; e Aplicação Específica dos Direitos⁶⁵. Nesse sentido, sobretudo, no que diz respeito aos refugiados que vivem no Quênia, os artigos 27 e 238 merecem uma atenção especial:

27. (1) Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a igual protecção e benefício da lei.

⁶¹ ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo 2000 – cinquenta anos de ação humanitária**. Nova Iorque: Oxford University Press Inc, 2000. p. 61.

⁶² Ver mais em: Fundação Alexandre Gusmão. **O livro na Rua – Quênia**. Editora Thesaurus. Brasília: 2011.

⁶³ LEAL, Saul Tourinho. **Quênia em direção a sua democracia constitucional**. Revista Consultor Jurídico. 15 out 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-out-15/saul-tourinho-katiba-quenia-direcao-democracia-constitucional> Acesso em 01/09/2016.

⁶⁴ Na língua oficial do país, suaíli, Katiba significa Constituição.

⁶⁵ LEAL, Saul Tourinho. Idem.

(2) A igualdade inclui o pleno e igual gozo de todos os direitos e liberdades fundamentais.

(3) As mulheres e os homens têm o direito à igualdade de tratamento, incluindo o direito à igualdade de oportunidades nas esferas políticas, econômicas, culturais e sociais.

(4) O Estado não discriminará direta ou indiretamente contra qualquer pessoa em qualquer solo, incluindo raça, sexo, gravidez, estado civil, condição de saúde, etnia ou origem social, cor, idade, deficiência, religião, consciência, crença, cultura, vestido, língua ou nascimento.

(5) A pessoa não deve discriminar, direta ou indiretamente contra outra pessoa em qualquer um dos motivos especificados contemplados na cláusula (4).

(6) Para garantir a plena eficácia à realização dos direitos garantidos ao abrigo deste artigo, o Estado deve tomar medidas legislativas e outras, incluindo programas de ação afirmativa e políticas destinadas a corrigir qualquer desvantagem sofrida por indivíduos ou grupos por causa da discriminação passada.

(7) Qualquer medida tomada ao abrigo da cláusula (6) deve adequadamente prevê quaisquer benefícios de estar na base da necessidade genuína.

(8) Para além das medidas previstas na cláusula (6), o Estado deve tomar medidas legislativas e outras para implementar o princípio de que não mais de dois terços dos membros dos órgãos eletivos ou de nomeação governamental deve ser do mesmo sexo.⁶⁶

238. (1) A segurança nacional é a proteção contra ameaças internas e externas à integridade do Quênia territorial e da soberania, seu povo, seus direitos, as liberdades, a propriedade, a paz, estabilidade e prosperidade, e outros interesses nacionais.

(2) A segurança nacional do Quênia será promovida e garantida de acordo com o seguinte princípio:

(A) a segurança nacional está sujeita à autoridade da Constituição e ao Parlamento;

(B) a segurança nacional serão exercidas em conformidade com a lei e com o máximo respeito pelo Estado de direito, a democracia, os direitos humanos e liberdades fundamentais;

(C) no desempenho das suas funções e no exercício dos seus poderes, órgãos de segurança nacionais devem respeitar a cultura diversificada das comunidades dentro Kenya; e

⁶⁶ Tradução livre. Do original: 27. (1) Every person is equal before the law and has the right to equal protection and equal benefit of the law.

(2) Equality includes the full and equal enjoyment of all rights and fundamental freedoms.

(3) Women and men have the right to equal treatment, including the right to equal opportunities in political, economic, cultural and social spheres.

(4) The State shall not discriminate directly or indirectly against any person on any ground, including race, sex, pregnancy, marital status, health status, ethnic or social origin, colour, age, disability, religion, conscience, belief, culture, dress, language or birth.

(5) A person shall not discriminate directly or indirectly against another person on any of the grounds specified or contemplated in clause (4).

(6) To give full effect to the realisation of the rights guaranteed under this Article, the State shall take legislative and other measures, including affirmative action programmes and policies designed to redress any disadvantage suffered by individuals or groups because of past discrimination.

(7) Any measure taken under clause (6) shall adequately provide for any benefits to be on the basis of genuine need.

(8) In addition to the measures contemplated in clause (6), the State shall take legislative and other measures to implement the principle that not more than two-thirds of the members of elective or appointive bodies shall be of the same gender. Constituição da República do Quênia. Disponível em: [http://www.kenyaembassybrazil.com.br/public/arquivos/The_Constitution_of_Kenya_\(1\).pdf](http://www.kenyaembassybrazil.com.br/public/arquivos/The_Constitution_of_Kenya_(1).pdf) Acesso em 01/09/2016.

(D) o recrutamento pelos órgãos de segurança nacionais devem refletir a diversidade do povo queniano em órgãos de segurança proporcionais. National equitativas⁶⁷

Analisando o art. 27 da supracitada Constituição, resta evidente que o país, além das Convenções de 1951 e 1969, mais uma vez reafirma o princípio da não-discriminação juntamente com o princípio da igualdade, os quais já foram amplamente explicitados nesse capítulo.

O art. 238, por sua vez, trata da segurança do país, a qual deve ser buscada sempre em conformidade com os direitos e as liberdades fundamentais. Nesse sentido, levando em consideração o anúncio dado pelo governo do Quênia – fechar o complexo de Dadaab em prol da segurança nacional -, é preciso trazer a baila a discussão acerca da segurança como direitos fundamentais dos refugiados e dos Estados.

Conforme afirma Juan Carlos Murillo:

A segurança é certamente um interesse legítimo dos Estados. Um país tem o direito de proteger-se e de adotar políticas e medidas para a proteção de sua população, incluindo todos os habitantes sob sua jurisdição, sejam de nacionais ou não nacionais.⁶⁸

No entanto, Murillo ressalta que a obrigação assumida pelos Estados, em proteger os refugiados é compatível com a segurança local. Inclusive, é possível afirmar que as primeiras vítimas do terrorismo são os refugiados. Ou seja, a adoção de políticas públicas e a instituição de normas a fim de proteger essas pessoas são capazes de fortalecer e reafirmar a segurança dos Estados⁶⁹.

⁶⁷ Tradução livre. Do original: 238. (1) National security is the protection against internal and external threats to Kenya's territorial integrity and sovereignty, its people, their rights, freedoms, property, peace, stability and prosperity, and other national interests.

(2) The national security of Kenya shall be promoted and guaranteed in accordance with the following principles—

(a) national security is subject to the authority of this Constitution and Parliament;

(b) national security shall be pursued in compliance with the law and with the utmost respect for the rule of law, democracy, human rights and fundamental freedoms;

(c) in performing their functions and exercising their powers, national security organs shall respect the diverse culture of the communities within Kenya; and

(d) recruitment by the national security organs shall reflect the diversity of the Kenyan people in equitable proportions. National security organs." Idem.

⁶⁸ GONZÁLEZ, Juan Carlos Murillo. **Os legítimos interesses de segurança dos estados e a proteção internacional de refugiados**. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, ano 6, número 10, p. 120-137, junho de 2009. Disponível em: www.revistasur.org Acesso em 21/09/2016, p. 122

⁶⁹ GONZÁLEZ, Juan Carlos Murillo. Idem.

A segurança é um direito fundamental do refugiado. Ora, a falta dela é justamente o principal motivo de solicitação de refúgio em outro país. Desse modo, além das disposições presentes na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, resta evidente que a Katiba, como um instrumento regional, prevê esse equilíbrio entre a segurança do país e o respeito aos direitos humanos. Assim, é preciso considerar que “Nenhuma pessoa, nenhuma região e nenhuma religião deve ser condenada por causa dos atos abomináveis de alguns indivíduos.”⁷⁰.

A nova Constituição do Quênia foi vista pela população como um forte instrumento de mudança, principalmente no tange ao respeito dos direitos fundamentais. Desse modo, é de suma importância que o compromisso de colaboração do governo queniano seja reafirmado diariamente, em busca de soluções sustentáveis - e não violadores dos direitos humanos – para os milhares refugiados que lá vivem, em conformidade, lógico, com seus interesses legítimos no que diz respeito à segurança nacional, contudo sem colocá-la como uma nova cláusula de exclusão.

3.4. COMPLEXO DE DADAAB: HISTÓRICO

Dadaab está localizada no nordeste do Quênia, há aproximadamente 100 quilômetros de distância da Somália, e é nessa região em que se encontra o maior complexo de refugiados do mundo, existente há exatos 25 anos.

O ACNUR, administrador do complexo, promoveu a instalação dos primeiros assentamentos em outubro de 1991 no intuito de abrigar – provisoriamente - refugiados que fugiam da guerra civil da Somália.

Segundo o porta-voz do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, Andrej Mahecic, o complexo de Dadaab teria apenas três campos para o fim de abrigar aproximadamente 90 mil pessoas, entretanto a realidade é outra. Atualmente há 276 mil refugiados no complexo, havendo cerca de 10 mil pessoas nascidas em Dadaab, espalhadas pelos cinco campos existentes na região: Dagahaley, Hagadera, Ifo, Ifo2 e Kambioos⁷¹.

⁷⁰ GONZÁLEZ, Juan Carlos Murillo. Ibidem, p. 134.

⁷¹ ACNUR. **Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, completa 20 anos.** Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/dadaab-o-maior-campo-de-refugiados-do-mundo-completa-20-anos/> Acesso em: 21/09/2016.

O aumento descontrolado das primeiras proporções pensadas se dá pelo fato de que em 2011 uma nova crise atingiu o país da Somália. O motivo da nova desestabilização do país foi a seca e a crise de alimentos. Nos período de junho a agosto daquele ano mais de 100 mil pessoas chegaram ao complexo.

O complexo passa por uma situação extremamente difícil, sobretudo no que tange a segurança da região, tendo sido fixado algumas restrições para transitar ao redor do campo. O ACNUR, por sua vez, procura dar prioridade ao tratamento das situações ditas emergências, quais sejam: alimentação, saúde e assistência médica.

Nesse sentido, desde 2012 algumas medidas vêm sendo tomadas a fim de amenizar a situação, como é o caso de atribuir uma maior responsabilidade aos refugiados habitantes do complexo.

Feitas essas considerações, importante se faz a apresentação dos cinco campos existentes no complexo de Dadaab.

O primeiro campo, nomeado como IFO, foi criado em 1991 e é tido como o primeiro campo do complexo. Conforme dados fornecidos pelo ACNUR, há refugiados de aproximadamente dez países (Somália, Etiópia, Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Burundi, Uganda, Ruanda, Sudão, Tanzânia e Eritreia). Tendo o acampamento uma área de 12,3 km², dividido em nove seções, as quais estão lotadas.

Em 2012 foi realizado um trabalho de canalização no campo, visto que está propenso a inundação. A dificuldade nesse campo aumenta pelo fato do governo queniano não permitir a instalação de abrigos permanentes, sendo a maioria das “casas temporárias” existentes desde a fundação do acampamento⁷².

Hagadera, criado em 1992, é maior campo existente em Dadaab, entretanto sua área é menor do que o campo de IFO, sendo de 8,7km². Em Hagadera há o maior mercado da região, tendo esse campo uma economia dinâmica. O ACNUR informou que a população desse campo diminuiu em 45 mil refugiados desde a última verificação, estando hoje com uma população de 106 mil pessoas. A grande dificuldade desse campo é de que há aproximadamente 20 mil pessoas na chamada periferia de Hagadera, ou seja, estão fora do acampamento devido sua lotação.⁷³

⁷² UNHCR. **Refugees in the horn of Africa: Somali Displacement Crisis**. Disponível em: <http://data.unhcr.org/horn-of-africa/region.php?id=3&country=110> Acesso em 21/09/2016

⁷³ UNHCR. Idem.

O terceiro campo existente no complexo de Dadaab foi criado em março de 1992 e foi nomeado como Dagahaley, com uma área de 8,2km². Por 14 anos a população girava em torno de 30 mil pessoas, contudo, devido ao aumento da crise na Somália, em 2011, esse número aumentou para 87 mil pessoas. O ACNUR estima que, mesmo com as transferências de refugiados para os novos campos, ainda há ao menos 1.000 famílias vivendo na periferia do campo⁷⁴.

IFO2 é o penúltimo campo criado em Dadaab, em julho de 2011. O objetivo de sua criação foi amenizar a superlotação dos três primeiros campos. Com uma área de 10 km² já possui cerca de 50 mil pessoas espalhadas entre o IFO2 Leste e o IFO2 Oriente, com uma divisão de 18 seções⁷⁵.

Por fim, o último campo é intitulado como Kambioos e foi criado em agosto de 2011, porém só foi reconhecido oficialmente pelo governo queniano em janeiro de 2013. Possui uma área de 5 km², contudo, foi projetado para receber até 100 mil pessoas, descongestionando assim os demais campos. Atualmente sua população é de 20 mil refugiados. Destaque-se, inclusive, que Kambioos está recebendo refugiados advindos da região urbana de Nairobi, capital do Quênia⁷⁶.

Mesmo com as inúmeras deficiências presentes no complexo de Dadaab, há uma intensa atividade nos cinco campos.

Em relação à educação, tem-se um total de 46 escolas no complexo, o número é muito pequeno para a população atual. Em Hagadera, por exemplo, as salas de aulas são compostas por uma média de 100 alunos e a taxa de matrícula entre crianças e adolescentes não chegar a atingir 40%, enquanto que o padrão, por óbvio, deveria ser de 100%. O número de meninos frequentando a escola ainda é maior do que o número de meninas. Em Dagahaley, 79% dos estudantes das escolas secundárias são meninos, sendo essa uma constatação preocupante, tendo em vista que o número de homens e mulheres em todo o complexo é praticamente igual.

Há um total de 18 postos de saúde em Dadaab. Assim como as escolas, o número de hospitais está muito abaixo da demanda. A situação agrava-se pelo fato de que em maio de 2015 a Organização Internacional – Médico sem Fronteiras –

⁷⁴ UNHCR. Idem.

⁷⁵ UNHCR. Idem.

⁷⁶ UNHCR. Idem.

fechou os postos de saúde, mantidos por seus próprios meios, devido à falta de segurança, tendo retirado 42 profissionais do complexo de Dadaab.

O tema de educação e saúde foi aqui utilizado para exemplificar as dificuldades vividas pela população de refugiados em Dadaab.

Entretanto, ainda que existam essas falhas, há resultados positivos a serem destacados. Como exemplo tem-se a reunião realizada, em setembro de 2015, entre o ACNUR e representantes dos refugiados que vivem em IFO2. O objetivo do encontro foi discutir sobre a gravidez na adolescência e, conseqüentemente, o abandono das escolas pelas meninas. Ainda, houve o anúncio do fim do surto da cólera presente no complexo de Dadaab. As soluções duráveis também estão sendo aplicadas, ainda que timidamente, as quais serão expostas a seguir.

4. FECHAMENTO DE UM CAMPO DE REFUGIADOS

O ACNUR tem como objetivo principal dar suporte aos governos locais para que seja encontrada uma solução que possibilite a reconstrução da vida de milhares de refugiados, com segurança e em condições dignas.

Ou seja, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e os Governos acolhedores de refugiados são os principais interessados em proteger e buscar soluções duráveis⁷⁷ para essas pessoas, principalmente no tange ao fechamento de um campo de refugiados.

Interessante destacar que essas soluções possuem dimensões jurídicas, econômicas, culturais, políticas e civis⁷⁸, devendo ser abordadas por refugiados, deslocados internos, apátridas, haja vista que todos esses podem e devem desfrutar dos mesmos direitos conferidos aos cidadãos nacionais.

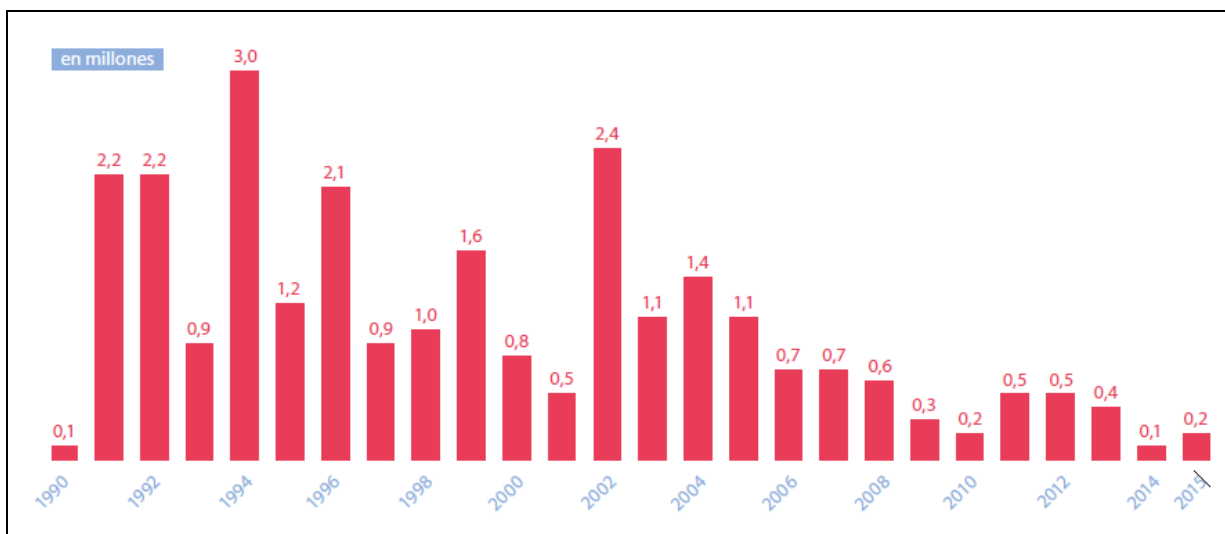
Entretanto, encontrar soluções duráveis leva certo tempo e necessita da ajuda de inúmeros parceiros, a fim de que se atinjam metas determinadas a um longo prazo. Nesse sentido, pode-se afirmar que fatores externos têm contribuído para a diminuição do retorno de refugiados.

Veja-se. A localização geográfica do campo, a falta de segurança e a escassez dos meios administrativos para formalizar umas das possíveis soluções, podem ser determinantes para o insucesso de uma repatriação, do reassentamento ou mesmo de uma integração local. Ou seja, o número de retorno ainda é muito pequeno, enquanto o número de solicitação de refúgio cresce gradativamente. O gráfico a seguir (figura 1) apresenta alguns resultados:

FIGURA 1 – RETORNO DE REFUGIADOS 1990-2015

⁷⁷ Em seu último relatório de tendências globais, em 2015, o ACNUR optou por utilizar a nomenclatura “soluções integrais a fim de destacar a diversidade de opções de solução que a organização vem promovendo.

⁷⁸ ACNUR. **Tendencias Globales – Desplazamiento Forzado em 2015 Forzados a Huir**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10627.pdf> Acesso em 12/10/2016. p. 24



FONTE: ACNUR (2015).

Pois bem. A seguir serão apresentados os três tipos de soluções duráveis reconhecidas pelas organizações internacionais: repatriamento voluntário, integração local e reassentamento. Também haverá exposição sobre uma possível violação ao art. 5º da Convenção da Organização de Unidade Africana – OUA caso seja realizado o fechamento do complexo de Dadaab de maneira irresponsável. Nesse sentido será apresentado o acordo tripartido realizado em 2013, entre a República do Quênia, a República da Somália e o ACNUR. Por fim, serão apresentados os caminhos a serem adotados para aqueles refugiados que não possuem o interesse de deixar o campo.

4.1. AS SOLUÇÕES DURÁVEIS

O ACNUR entende que uma solução durável é aquela que: “consegue acabar com o ciclo de deslocamento e permite que as pessoas deslocadas retornem a uma vida normal em um ambiente seguro”⁷⁹.

Mesmo que formalmente não exista uma hierarquia entre as três soluções duradouras, é de fácil identificação que a repatriação voluntária seja a preferível pelos refugiados. Por óbvio, a maioria dessas pessoas possui o desejo de retornar ao seu país de origem por uma questão de pertencimento.

⁷⁹ Tradução livre. Do original: “logra poner fin al ciclo del desplazamiento y que permite a las personas desplazadas reanudar una vida normal em um entorno seguro” ACNUR. **Soluciones Duraderas – Una Vida en un entorno seguro**. Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/> Acesso em 10/10/2016.

Contudo, as três soluções se complementam e se aplicadas conjuntamente, conforme o ACNUR defende⁸⁰, poderá haver uma completa e eficaz solução da situação dos refugiados.

4.1.1. REPATRIAÇÃO VOLUNTÁRIA

É certo que grande parte dos refugiados tem por objetivo voltar para sua casa – seu país de origem. O que só se torna possível quando houver certo nível de estabilidade no país, tornando viável sua reconstrução. Assim, é preciso atentar-se para as condições satisfatórias que possibilitem o regresso do refugiado⁸¹.

Cavarzere adverte o seguinte: “Obviamente que a repatriação voluntária requer o consentimento e a cooperação do país de origem. O ideal é que esse procedimento seja afável, e de muito respeito ao direito de regresso do nacional.”⁸²

Entretanto, em que pese haja essa cooperação entre os estados, com a devida assistência do ACNUR, é necessário que o regresso seja de modo voluntário, não podendo haver qualquer coerção a fim de forçar um refugiado a voltar a seu Estado. Ou seja, é a pessoa – devidamente informada - que possui o poder de decisão de retorno.

Devem ser consideradas, ainda, as necessidades individuais de cada repatriado, prestando a devida assistência às mulheres grávidas, às crianças desacompanhadas, às pessoas com deficiência, aos sobreviventes de tortura, enfim, cabendo ao ACNUR o monitoramento dessa assistência, a promoção de acordos de repatriamento, de transporte e de recepção nos países de origem.

Em um primeiro momento há a ajuda das organizações internacionais e de agências de desenvolvimento a fim de assegurar os direitos e recursos básicos aos repatriados, esperando-se que com certo tempo se tornem auto-suficientes, reduzindo assim as chances de eclodirem novos conflitos naquele local.

O ACNUR informa que o repatriamento voluntário é a solução que possui o maior número de beneficiários, contudo, esse registro ainda é pequeno, pois é muito

⁸⁰ ACNUR. **Solucione Duraderas – Una Vida en un entorno seguro**. Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/> Acesso em 10/10/2016.

⁸¹ ACNUR. **Repatriación voluntaria – Retornar al hogar**. Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/repatriacion-voluntaria/> Acesso em 10/10/2016.

⁸² CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas**. 2 ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. p. 142.

comum que as causas motivadoras do pedido de concessão de refúgio persistam nos países de origem, servindo como obstáculos à repatriação⁸³.

Em contrapartida, a organização também informa que em 2014 o número de repatriados foi o menor em 30 anos, tendo o ano de 2015 obtido um aumento, com 201.400 refugiados que retornaram aos seus Estados, registro esse ainda pequeno em relação há anos anteriores.

4.1.2. INTEGRAÇÃO LOCAL

Pode ocorrer de não ser uma medida viável promover o retorno de refugiados aos seus países de origem. Nesses casos poderão permanecer no país de refúgio, onde se encontram em segurança, por tempo indefinido. Assim, a integração que se iniciou logo no pedido de concessão de refúgio, se tornará uma integração local e integral ao ser promovida a inserção do refugiado na comunidade local. E com tempo poderão obter propriedade permanente e a cidadania, caso em que deixarão de ter o *status* de refugiado⁸⁴.

Há diversas disposições na Convenção Relativa ao Estatuto de Refugiados de 1951 que tratam de direitos dos refugiados dentro do país de refúgio, como: educação pública (art. 22), profissões assalariadas (art. 17), propriedade móvel e imóvel (art. 13).

Acontece que a integração ocorre de forma complexa e gradual, havendo três pilares. Na área legal é dado aos refugiados o maior número possível de direitos semelhantes aos conferidos aos cidadãos daquele determinado país, traduzindo assim na possibilidade de, por exemplo, arrumar um emprego formal ou adquirir uma propriedade. Na área econômica, ocorre uma diminuição da dependência de assistência, tornando-se o refugiado autossuficiente, capaz de contribuir com a economia da comunidade em que vive. Já a área social e cultural diz respeito, sobretudo, a não discriminação ou hostilidade por parte dos cidadãos, podendo os refugiados interagirem normalmente com a comunidade local.⁸⁵

Quando há a integração local deve o país anfitrião e o próprio refugiado agir de maneira equilibrada, aceitando a diversidade cultural. Assim, deverão os

⁸³ CAVARZERE, Thelma Thais. Idem.

⁸⁴ ACNUR. **Integración local – Una Nueva vida en un país generoso**. Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/integracion-local/> Acesso em 12/10/2016.

⁸⁵ ACNUR. Idem.

refugiados adaptar-se às regras e a cultura do país integrador sem excluir sua própria identidade cultural, enquanto esse também deve trabalhar a agir de maneira que a comunidade aceite essa nova população⁸⁶.

Segundo o ACNUR, há uma enorme dificuldade em quantificar e mensurar o número de refugiados que são naturalizados, tendo em vista que muitos países não fornecem essa informação. No entanto, a partir do que lhe foi informado, tem-se que em 2015, 28 países naturalizaram 32.000 refugiados. Dentre eles a França, Bélgica, Áustria e o Canadá, o qual conta com 81% dessa estática⁸⁷.

4.1.3. REASSENTAMENTO

O reassentamento pode ser visto como a última solução durável, pois em determinada situação o refugiado pode não ser capaz de retornar ao país de origem – pela persistência dos motivos que acarretaram em sua retirada – e pode não mais estar seguro no país que recebeu o primeiro refúgio. Há situações em que o deslocamento do refugiado para um terceiro país é a única medida possível a ser tomada. Assim, conforme o próprio ACNUR defende, o reassentamento é hoje “um elemento fundamental do sistema de proteção internacional dos refugiados.”⁸⁸

Assim, essa solução nada mais é do que a transferência do refugiado para um terceiro país que aceitou admiti-lo. Após, haverá a possibilidade de iniciar o processo de integração local, enquanto o país de origem não estiver apto a receber seus cidadãos.

A autora Liliana Lyra Jubilut ressalta que em que pese o reassentamento seja hoje considerado um elemento de proteção, é necessário ressaltar que essa solução só será adotada em casos específicos, pois há vários países que estipulam limite no número de refugiados a serem aceitos anualmente. Nesse sentido, interessante observar que:

⁸⁶ ACNUR. **Tendencias Globales – Desplazamiento Forzado em 2014**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2015/10072.pdf?view>> Acesso em 12/10/2016. p. 22.

⁸⁷ ACNUR. **Tendencias Globales – Desplazamiento Forzado em 2015 Forzados a Huir**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10627.pdf> Acesso em 12/10/2016. p. 25.

⁸⁸ Tradução livre. Do original: “un elemento fundamental del sistema de protección internacional de los refugiados.” ACNUR. **Reasentamiento – Una oportunidad para recomenzar**. Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/reasentamiento/> Acesso em 12/10/2016.

o reassentamento, diferentemente da proteção, não constitui um direito do indivíduo, apesar de estar presente nos diplomas legais acerca da temática dos refugiados, mas sim uma tentativa, quando possível, de oferecer uma nova oportunidade de integração. Outra importante característica do reassentamento vem a ser seu caráter necessariamente voluntário, ou seja, o refugiado deve concordar em mudar de país de proteção.⁸⁹

Assim, não há que se falar em um direito do refugiado, nem mesmo que ocorre de maneira automática, tendo em vista que essa solução é uma decisão discricionária do país. Deve-se levar em consideração o princípio da solidariedade internacional (explicado em capítulo anterior).

Na América do Sul tem-se como exemplo o Programa de Reassentamento Solidário, fazendo parte os seguintes países: Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai. Esse programa é um exemplo da atuação do ACNUR em busca de países acolhedores, principalmente na atual conjuntura, em que o número de refugiados espalhados no mundo é crescente.

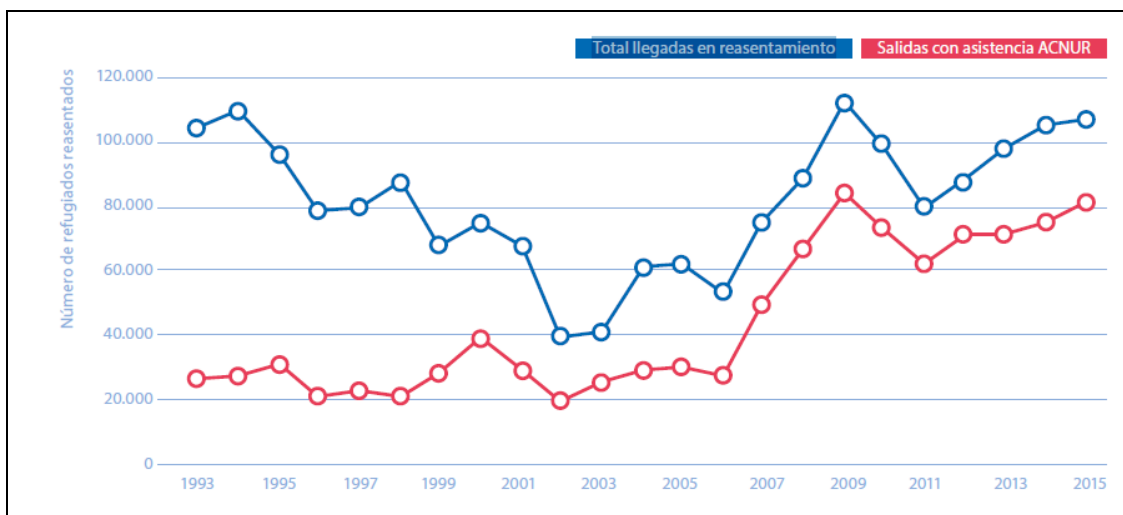
Assim, aliado ao reassentamento tradicional, há programas que visam permitir a entrada de refugiados em outros países, como é o caso dos vistos humanitários e de admissões por razões médicas.

Conforme a figura apresentada a seguir, em 2015 houve um aumento de refugiados reassentados, tendo os Estados Unidos admitidos 66.500 (de um total de 107.100) pessoas. O Canadá fica em segundo lugar com 20.000 admissões. O ACNUR propôs ao todo refugiados de 70 nacionalidades para serem reassentados em 27 países⁹⁰.

FIGURA 2 – REASSENTAMENTO DE REFUGIADOS 1993-2015

⁸⁹ JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007. p. 200.

⁹⁰ ACNUR. **Tendencias Globales – Desplazamiento Forzado em 2015 Forzados a Huir**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10627.pdf> Acesso em 12/10/2016. p. 25.



FONTE: ACNUR (2015).

4.2.A VIOLAÇÃO AO ART. 5º DA CONVENÇÃO DE OUA E AO ACORDO TRIPARTITE

Os últimos dados fornecido pelo ACNUR em relação à população do complexo de Dadaab dispõem que das 276 mil pessoas, 263 mil são refugiados somalis⁹¹, ou seja, ao anunciar o encerramento das atividades do complexo resta evidente que o principal objetivo do governo queniano é promover o retorno dessa população ao seu país origem, Somália.

Nesse sentido, faz-se necessária uma exposição do artigo disposto na Convenção de 1969, referente ao repatriamento voluntário, bem como do acordo tripartite realizado entre o ACNUR, o Quênia e a Somália.

Após a realização da Conferência da Somália⁹², a comunidade internacional entendeu que para haver a construção da paz na região seriam necessários a exploração e o estudo de medidas com intuito de promover o retorno dos refugiados à Somália. Para tanto, assinou-se em 10 de novembro de 2013 o acordo tripartite

⁹¹ UNHCR. **Refugees in the horn of Africa: Somali Displacement Crisis**. Disponível em: <http://data.unhcr.org/horn-of-africa/region.php?id=3&country=110> Acesso em 21/09/2016.

⁹² A Conferência da Somália realizou-se em maio de 2013, em Londres. Foi emitido um documento em que a comunidade internacional se compromete a ajudar esse Estado em sua transição de estabilidade. Após oitenta a população somali elegeu parlamentares e o novo presidente, porém reconhece-se que ainda há inúmeras questões a serem resolvidas, por exemplo, a segurança e os direitos humanos. ACNUR. **Posição do ACNUR sobre os retornos ao centro e sul da Somália**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9669.pdf?view=1> Acesso em 27/10/2016.

tratando desses retornos⁹³. Destaque-se que não houve estipulação de prazo para que a repatriação voluntária segura e digna ocorresse, porém algumas medidas negativas e positivas já vêm sendo adotadas.

Segundo o ACNUR, desde dezembro de 2013 vem ocorrendo inúmeras deportações, dentre elas a maioria são de jovens mulheres e homens somalis, sendo alguns deles refugiados, ou seja, configurando-se aqui um *refoulement*.⁹⁴ Além dessa constatação, a organização também informou que ainda há regiões na Somália com ação militar, sendo consideradas inseguras para o retorno dos refugiados⁹⁵.

Nesse sentido, a organização apela para o respeito à proteção internacional de refugiados, com base na Convenção de 1951 e na Convenção da OUA de 1969, principalmente no tocante ao seu art. V, o qual dispõe:

1 - O caráter essencialmente voluntário do repatriamento deve ser respeitado em todos os casos e não pode ser repatriado nenhum refugiado contra a sua vontade.

2 - Em colaboração com o país de origem, o país de asilo deve tomar as medidas adequadas para o regresso são e salvo dos refugiados que solicitam o seu repatriamento.

3 - O país de origem que acolhe os refugiados que aí retomam deve facilitar a sua reinstalação, conceder todos os direitos e privilégios dos seus nacionais e sujeitá-los às mesmas obrigações.

4 - Os refugiados que voltam voluntariamente ao seu país não devem incorrer em nenhuma sanção por o terem deixado independentemente da razão que deu origem à situação de refugiado. Sempre que seja necessário, devem ser lançados apelos por intermédio dos meios nacionais de informação ou do Secretário-Geral da OUA, para convidar os refugiados a voltar ao seu país e dar-lhes garantias que as novas situações que vigoram nos seus países de origem permitem que lá voltem sem qualquer risco e de lá retomar uma vida normal e pacífica, sem receio de serem incomodados ou punidos. O país de asilo deverá remeter aos refugiados o texto desses apelos, explicando-os claramente.

5 - Os refugiados que decidem livremente voltar à sua pátria em consequência dessas garantias ou por sua própria iniciativa, devem receber da parte do país de asilo, do país de origem bem como de instituições voluntárias, de organizações internacionais e intergovernamentais, toda a assistência possível susceptível de facilitar o seu regresso.⁹⁶ (Grifou-se)

⁹³ UNHCR. **Tripartite Agreement Between the Government of the Republic of Kenya, the Government of the Federal Republic of Somalia and the United Nations High Commissioner for Refugees Governing the Voluntary Repatriation of Somali Refugees Living in Kenya**. 2013, 10 November 2013. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/5285e0294.html> Acesso em 27/10/2016.

⁹⁴ ACNUR. **Posição do ACNUR sobre os retornos ao centro e sul da Somália**. Disponível em: < <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9669.pdf?view=1> > Acesso em 27/10/2016.

⁹⁵ ACNUR. Idem.

⁹⁶ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos**. São Paulo: Saraiva, 1991. p.482.

Ou seja, além da observância ao princípio do *non-refoulement* há que se respeitar o princípio do repatriamento voluntário, disposto expressamente na Convenção africana.

Por outro lado, caso entendam os somalis por retornarem ao seu país, é necessário que haja a prestação do maior número de informações possíveis sobre a situação do Estado. Assim, caberá ao ACNUR fornecer todo apoio ao retorno, certificando-se que de fato há voluntariedade nesse ato e que de fato os indivíduos estão cientes da situação do seu país de origem⁹⁷.

Medida essa que não impede o Quênia de continuar analisando as solicitações de refúgio, mantendo a proteção internacional devida aos refugiados com base nas Convenções de 1951 e de 1969. Ou seja, a República do Quênia não deve promover retornos forçados e nem considerar que retornos voluntários fazem da Somália um país seguro para a reconstrução da vida de todos os refugiados somalis que vivem no complexo de Dadaab. Assim, enquanto houver indivíduos que se enquadrem nas condições de refúgio, bem como, enquanto houver refugiados que não pretendem o retorno voluntário, deve o país de asilo observar o acordo tripartite e as definições legais dos instrumentos supracitados.

4.3. E QUEM NÃO QUER VOLTAR AO SEU PAÍS DE ORIGEM?

O ACNUR entende que a cada grupo de 25.000 refugiados da mesma nacionalidade que permanecem no país de asilo por pelo menos cinco anos encontram-se em situação prolongada⁹⁸. Nesse sentido, verifica-se que os somalis, os quais representam quase a totalidade da população do complexo de Dadaab, estão nessa situação. Essa constatação é apontada para que seja feita uma análise sobre os motivos que levam um refugiado a não ter o desejo de retornar voluntariamente ao seu país de origem.

Por razões diversas, sejam elas o medo de retornar a um país instável e inseguro há mais de 25 anos ou a criação de vínculos no país de asilo, muitos

⁹⁷ ACNUR. **Posição do ACNUR sobre os retornos ao centro e sul da Somália**. Disponível em: < <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9669.pdf?view=1> > Acesso em 27/10/2016.

⁹⁸ ACNUR. **Tendencias Globales – Desplazamiento Forzado em 2015 Forzados a Huir**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10627.pdf> Acesso em 12/10/2016.

refugiados não projetam sua volta ao país de origem. Assim, tendo em vista o requisito de voluntariedade do repatriamento, deve haver o emprego de medidas que atendam aos interesses desses indivíduos, respeitando seus direitos.⁹⁹

Nesse sentido, a partir do estudo realizado até aqui fica evidente que a aplicação das soluções duráveis é o principal objetivo do ACNUR e dos países envolvidos. Ocorre que a repatriação voluntária, considerada a solução preferível a ser aplicada, nem sempre é de fato a melhor medida adotada. Veja-se. Conforme explanação anteriormente apresentada, tal solução pode ser utilizada quando se verificar estabilidade no país de origem dos refugiados, ou seja, deve haver segurança e, sobretudo, possibilidade de reconstrução de uma vida digna. Assim, se trouxermos para a prática será possível verificar, com base nas informações fornecidas pela mídia e pelo próprio ACNUR, que o país da Somália está em um período de transição de estabilidade, não sendo considerado por muitos, inclusive pelos refugiados, um lugar seguro para retorno voluntário.

Desse modo, conclui-se que o não desejo de retorno ao seu país de origem resulta na possibilidade de aplicação das outras duas soluções duráveis, quais sejam: a integração local e o reassentamento.

No contexto Brasil- Angola, por exemplo, as autora Melissa Martins Casagrande e Angélica Furquim destacaram:

observa-se que a existência de uma língua, que além de permitir uma maior comunicação e integração entre os cidadãos, de certo modo também auxilia no sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade, figurando assim como uma importante ferramenta no desenvolvimento da cidadania e portanto, como elemento catalisador do processo de integração local.¹⁰⁰

Nesse caso, verifica-se que a integração local é a solução preferível e plenamente possível de ser aplicada.

Já no contexto Quênia-Somália há vários entraves que poderiam obstaculizar uma integração local. Primeiro é o fato dos refugiados viverem no complexo, ou seja, não há uma integração diária com a comunidade queniana; as línguas oficiais de ambos os países são diferentes. Enquanto na Somália a religião predominante é o islamismo, no Quênia a predominância é do cristianismo. Ou seja,

⁹⁹ MARTINS CASAGRANDE, Melissa; FURQUIM, A. **Clausula de Cessação de Refúgio: a solução brasileira frente ao caso dos refugiados angolanos.** In: VII Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2016, Curitiba. Anais do 7o Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba, 2016. v. 1. p. 26.

¹⁰⁰ MARTINS CASAGRANDE, Melissa; FURQUIM, A. Ibidem, p.36

verifica-se aqui que o reassentamento poderia ser a solução preferível a ser aplicada. Contudo, e por óbvio, que a integração local, por uma questão de pertencimento e vínculo, pode ser utilizada nesse contexto.

Assim, entende-se que cabe principalmente ao ACNUR a tarefa de identificar a melhor medida a ser adotada, levando em consideração a especificidade de cada caso, preservando, sempre, os direitos devidos aos refugiados, sobretudo no que tange ao requisito de voluntariedade ao ser aplicar as três soluções duráveis aqui estudadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho, analisar o fechamento do complexo de Dadaab, foi alcançado. Entende-se que fechar o maior campo de refugiados do mundo sem a observância dos princípios e direitos destinados especificamente a proteção internacional dos refugiados, acarretará em uma séria violação dos direitos humanos.

Nesse sentido, ao longo de todo estudo buscou-se apresentar todas as características inerentes ao complexo funcionamento de um campo de refugiados, sobretudo, no que diz respeito à Dadaab, cidade essa que comporta cinco campos.

Assim, é importante apresentar a opinião de três grupos presentes no cotidiano de Dadaab sobre o encerramento de suas atividades, são eles: a Organização dos Médicos sem Fronteiras, Os Bispos do Quênia e NRC – *Norwegian Refugee Council*.

A MSF realizou uma pesquisa no complexo e constatou que 86% dos refugiados não possuem a intenção de retornar à Somália, pois segundo eles, as condições de vida ainda são mais precárias do que nos campos. O medo desses refugiados, segundo os médicos seriam o de serem forçados a participar de grupos armados, de sofrerem violência sexual e não terem qualquer assistência de saúde. Para essa organização é essencial que os indivíduos tomem suas decisões de forma voluntária com o máximo de informações possível.

Os Bispos quenianos possuem a mesma opinião. Eles alegam que esses retornos forçados violam todas as obrigações internacionais e nacionais de direitos humanos. Segundo eles, a igreja entende que há um perigo real da segurança nacional, contudo, esse problema deve ser resolvido em favor da proteção dos refugiados. O NRC também apresentou sua opinião no mesmo sentido dos dois primeiros grupos, ressaltando que não está havendo respeito às normas internacionais de repatriamento voluntário.

Pois bem. Com base em todas essas preocupações é que se optou pelo estudo dessa medida. A intenção ao longo do trabalho não foi de recriminar o governo queniano, o que se pretendeu aqui, além da apresentação de um campo de refugiados, foi expor os direitos existentes relativos ao tema, os quais já vêm sido violados.

Desse modo, também houve o estudo das chamadas soluções duráveis, quais sejam: repatriamento voluntário, integração local e o reassentamento, inclusive com a defesa de que as duas últimas soluções seriam as mais preferíveis e viáveis para o caso Quênia-Somália, tanto pela comunidade internacional como pelos próprios refugiados.

A condição de refugiado requer uma maior colaboração da comunidade internacional, fazendo prevalecer os princípios da cooperação e da soberania internacional. Assim, cabe ao Estado de asilo respeitar os instrumentos e acordo ratificados, bem como ao ACNUR e mais Estados Contratantes trabalharem para que a situação seja resolvida, levando sempre em consideração o conceito de voluntariedade diretamente relacionado às atividades dos refugiados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **¿cómo honrar un mandato?**. Disponível em: <http://www.acnur.org/el-acnur/historia-del-acnur/acnur-como-honrar-un-mandato/> Acesso em: 20/08/2016.

_____. **¿Cuáles son las características de los campos de refugiados?**. Disponível em: < <http://www.eacnur.org/blog/cuales-son-las-caracteristicas-de-un-campo-de-refugiados/> > Acesso em: 20/08/2016.

_____. **A situação dos refugiados no mundo 2000 – cinquenta anos de ação humanitária**. Nova Iorque: Oxford University Press Inc, 2000.

_____. **Actuación en emergencias: 72 horas cruciales**. Disponível em: recursos.eacnur.org/hubfs/Content/ACN_ebook_actuacion_emergencias.pdf Acesso em 20/08/2016.

_____. **Anatomía de um campo de refugiados: atención y necesidades**. Disponível em: recursos.eacnur.org/hubfs/Content/ACN_ebook_anatomia_campo_refugiados.pdf. Acesso em 20/08/2016.

_____. **Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, completa 20 anos**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/dadaab-o-maior-campo-de-refugiados-do-mundo-completa-20-anos/> Acesso em 21/09/2016.

_____. **Historia del ACNUR**. Disponível em: <http://www.acnur.org/el-acnur/historia-del-acnur/> Acesso em: 21/08/2016.

_____. **Integración local – Una Nueva vida en un país generoso**. Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/integracion-local/> Acesso em 12/10/2016.

_____. **Los principales flujos de refugiados durante 2015 y 2016**. Disponível em: recursos.eacnur.org/hubfs/Content/ACN_flujos_refugiados.pdf Acesso em 25/08/2016.

_____. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**. Disponível em: www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php. Acesso em: 20/07/2016.

_____. **O Que é a Convenção de 1951**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>. Acesso em: 20/07/2016.

_____. **Posição do ACNUR sobre os retornos ao centro e sul da Somália**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9669.pdf?view=1> < Acesso em 27/10/2016.

_____. **Reasentamiento – Una oportunidad para recomenzar.** Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/reasentamiento/> Acesso em 12/10/2016.

_____. **Repatriación voluntaria – Retornar al hogar.** Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/repatriacion-voluntaria/> Acesso em 10/10/2016.

_____. **Solucione Duraderas – Una Vida en un entorno seguro.** Disponível em: <http://www.acnur.org/que-hace/soluciones-duraderas/> Acesso em 10/10/2016.

_____. **Tendencias Globales – Desplazamiento Forzado em 2014.** Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2015/10072.pdf?view>> Acesso em 12/10/2016.

_____. **Tendencias Globales – Desplazamiento Forzado em 2015 Forzados a Huir.** Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10627.pdf> Acesso em 12/10/2016.

ANDRADE, José H. Fischel de. **Direito Internacional dos refugiados: evolução histórica (1921-1952).** Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas.** 2 ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

Constituição da República do Quênia. Disponível em: [http://www.kenyaembassybrazil.com.br/public/arquivos/The_Constitution_of_Kenya_\(1\).pdf](http://www.kenyaembassybrazil.com.br/public/arquivos/The_Constitution_of_Kenya_(1).pdf) Acesso em 01/09/2016.

GONZÁLEZ, Juan Carlos Murillo. **Os legítimos interesses de segurança dos estados e a proteção internacional de refugiados.** SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, ano 6, número 10, p. 120-137, junho de 2009. Disponível em: www.revistasur.org Acesso em 21/09/2016.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro.** São Paulo: Método, 2007.

LEAL, Saul Tourinho. **Quênia em direção a sua democracia constitucional.** Revista Consultor Jurídico. 15 out 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-out-15/saul-tourinho-katiba-kenia-direcao-democracia-constitucional> Acesso em 01/09/2016.

LOPES, João Victor. **A proteção internacional dos direitos do refugiado.** Trabalho de Graduação (Bacharel em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MARTINS CASAGRANDE, Melissa; FURQUIM, A. **Clausula de Cessação de Refúgio: a solução brasileira frente ao caso dos refugiados angolanos.** In: VII Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2016, Curitiba. Anais do 7o Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba, 2016. v. 1.

NRC. **Camp management.** Disponível em <https://www.nrc.no/what-we-do/activities-in-the-field/camp-management2/> Acesso em 01/09/2016.

PAVANELLO, Elisa Moretti. **Parâmetros para a Criação de Zonas de Segurança para a proteção de civis em conflitos armados: um estudo de casos a partir da década de 90.** 2014. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Relações Internacionais) – UFSC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Danielle Annoni. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129487/331754.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25/07/2016.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos.** 8 ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.

QUÊNIA confirma fechamento do maior campo de refugiados do mundo. 23 mai 2016. **Sputnik Brasil.** Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/20160523/4730595/kenia-fechamento-campo-refugiados.html> Acesso em 01 de outubro de 2016.

QUÊNIA diz que fechará maior campo de refugiados do mundo e é criticado. 16 mai 2016. **G1 Globo.** Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/kenia-diz-que-fechara-maior-campo-de-refugiados-do-mundo-e-e-criticado.html> Acesso em 01 de outubro de 2016.

RAMOS, Andre de Carvalho. RODRIGUES, Gilberto. ALMEIDA, Guilherme Assis de. **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro** – São Paulo: Editora CL- A Cultural, 2011.

RIBEIRO. João Ruela. Maior campo de refugiados do mundo está a ser esvaziado à força. **Público.** 15 set 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/maior-campo-de-refugiados-do-mundo-esta-a-ser-esvaziado-a-forca-1744193>. Acesso em 01 de outubro de 2016.

SILVA, Joanna de Angelis Galdino. **O direito à não devolução e o reconhecimento do *non-refoulement* como norma *jus cogens*.** 176 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133214/333906.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 28/10/2016.

SPHERE PROJECT. Disponível em: <http://www.spherehandbook.org/es/que-es-esfera/> Acesso em 01/09/2016.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos juridicos e instrumentos basicos.** São Paulo: Saraiva, 1991.

UNHCR. **Refugees in the horn of Africa: Somali Displacement Crisis**. Disponível em: <http://data.unhcr.org/horn-of-africa/region.php?id=3&country=110> Acesso em 21/09/2016.